

# PB

PROBLEMAS BRASILEIROS

ANO 59  
JUN/JUL 2022

#470

CIÊNCIA ENFRENTA  
O NEGACIONISMO

DESASTRES NATURAIS:  
TRAGÉDIAS RECORRENTES

EFEITOS DA GUERRA

**Marcos Jank**

Especialista em agronegócio fala sobre  
segurança alimentar e desglobalização

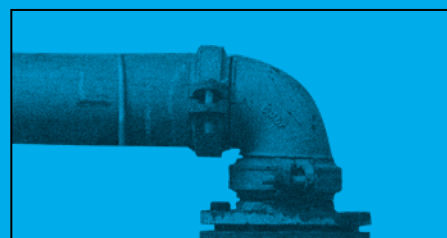
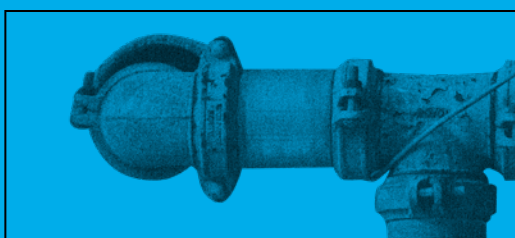
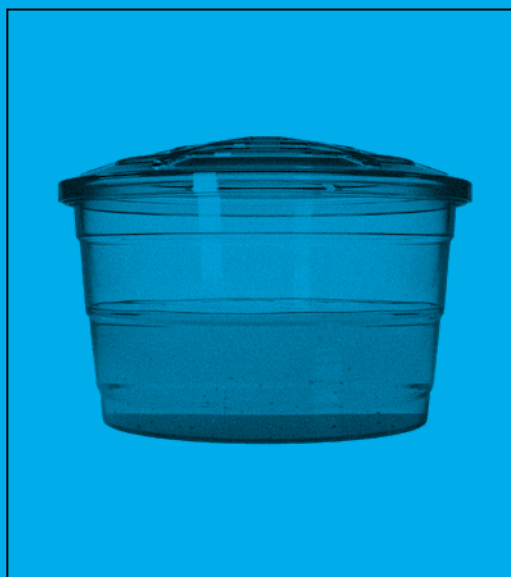
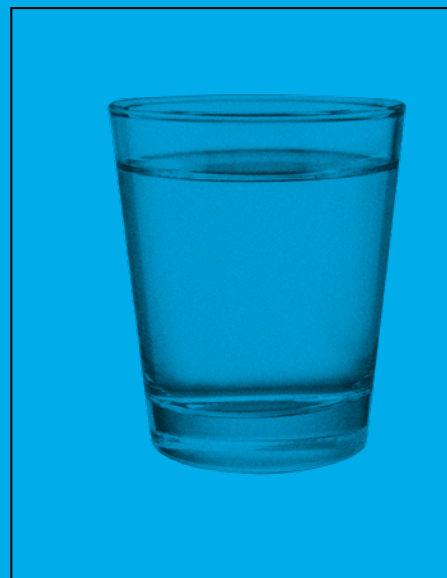
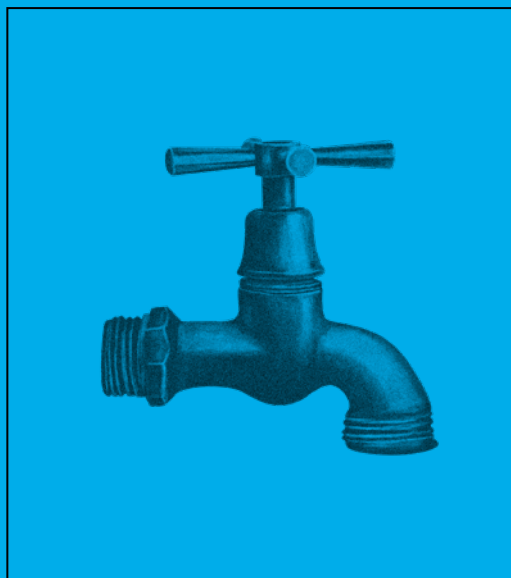
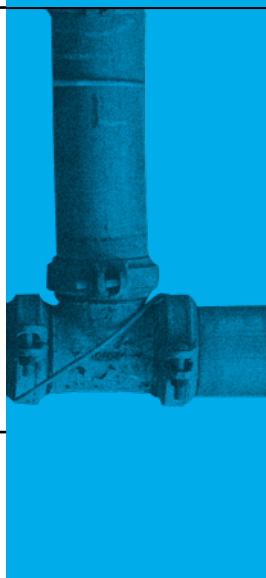
ELEIÇÕES 2022

**Manoel Fernandes**

"Lula e Bolsonaro estão pregando  
para os convertidos."

## Sem acesso ao básico

FALTA DE ÁGUA TRATADA AFETA  
A ROTINA DE 35 MILHÕES DE  
PESSOAS. EM MACAPÁ, SÓ 1  
EM CADA 10 HABITANTES CONTA  
COM REDE DE ESGOTO EM CASA



R\$15,90





# SOLUÇÕES QUE ATENDEM SUA EMPRESA.

Com programas liderados por especialistas, o Atendimento Corporativo Senac desenvolve as capacidades de quem faz sua empresa crescer.

DESENVOLVENDO TALENTOS,  
POTENCIALIZANDO RESULTADOS.

[corporativo.sp.senac.br](http://corporativo.sp.senac.br)

0800 707 1027



atendimento corporativo

FECOMERCIO

PRESIDENTE Abram Szajman

SUPERINTENDENTE Antonio Carlos Borges

TUTU

agenciatutu.com.br

REDAÇÃO

Rua Santa Cruz, 722, 5º andar  
CEP 04122-000  
São Paulo/SP | (11) 3170-1571

PUBLICAÇÕES

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO INTEGRADA Demian Russo

DIRETORA DE CONTEÚDO Elisa Klabunde

EDITOR Lucas Mota MTB 46.597/SP

EDITOR-ASSISTENTE Eduardo Ribeiro

REPÓRTER Filipe Lopes

REVISÃO Flávia Marques e Marina Jarouche

DIRETORES DE ARTE Clara Voegeli e Demian Russo

EDITORA DE ARTE Carolina Lusser

DESIGNERS Alberto Lins, Estêvão Vieira, Igor Marques,  
Joélson Buggilla, Jônia Caon, Paula Seco e Yana Parente

COLABORAM NESTA EDIÇÃO Agência BORI, Antonio  
Lanzana, Daniel Buarque, Guilherme Meirelles,  
Herbert Carvalho, Jaime Spitzcovsky, Marco Chiaretti,  
Marcus Lopes, Paulo Delgado e Vinicius Mendes

RELAÇÕES PÚBLICAS

Maria Izabel Collor de Mello

CAPA Joélson Buggilla

CONSULTORIA DE CONTEÚDO André Rocha

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade  
de seus autores e não refletem a opinião da PB.  
Sua publicação tem como objetivo privilegiar a pluralidade  
de ideias acerca de assuntos relevantes da atualidade.

revistapb.com.br

FALE COM A GENTE  
publicacoes@fecomercio.com.br

IMPRESSÃO Eskenazi



## PB | #470

*Ainda que a falta de água potável e do tratamento de esgoto seja absurda, é realidade em boa parte do País. A reportagem de capa desta edição mostra que só metade do esgoto coletado é tratada, enquanto 35 milhões de pessoas não têm acesso à água potável para consumo. Fatos alarmantes, já que o saneamento básico está relacionado às condições mínimas para uma vida digna. A saída para o problema está no Marco Legal do Saneamento Básico, que estipulou como meta universalizar os serviços até 2033.*



Quer ficar por dentro  
das nossas novidades?

Assine a nossa newsletter.  
Basta apontar o seu celular  
para este código QR.



revistapb.com.br



@pbrevista



@pbrevista



@pb\_revista



@fecomerciosp



OUÇA O NOSSO PODCAST! DISPONÍVEL NO SITE DA REVISTA, DEEZER, SPOTIFY E SOUNDCLOUD.

# Instigante como o Brasil.

É retratando e analisando a pluralidade, a diversidade e a complexidade do Brasil, que a **PB** se atualiza e se reinventa. São reportagens, artigos, ensaios fotográficos, charges e HQs que lançam um olhar abrangente, atual e inusitado sobre a sociedade, a política, a cultura e as pessoas do País.

**SUPREENDA-SE. Leia a revista e confira os nossos outros canais.**

[WWW.REVISTAPB.COM.BR](http://WWW.REVISTAPB.COM.BR)

TUTU

8 Entrevista  
MARCOS JANK: MUNDO DIVIDIDO PREJUDICA  
A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS



12 Capa  
DESIGUALDADES DO  
SANEAMENTO BÁSICO



20 Infraestrutura  
OCUPAÇÃO DESORDENADA  
PERPETUA TRAGÉDIAS CÍCLICAS



28 Artigo  
“SUSTENTABILIDADE E EQUIDADE  
DE GÊNERO”, POR AGÊNCIA BORI



30 Infraestrutura  
SÓ 1% DOS MUNICÍPIOS  
ESTÁ PREPARADO PARA O 5G

34 7 perguntas  
MANOEL FERNANDES, DA BITES,  
ANALISA OS PRESIDENCIÁVEIS NAS REDES

36 Artigo  
“COMO MENSURAR A REPUTAÇÃO DO PAÍS”,  
POR DANIEL BUARQUE

38 Sociedade  
O QUE HÁ POR TRÁS DA  
DESCONFIANÇA NA CIÊNCIA?



42 Biblioteca  
A AÇÃO DA CENSURA NA MÚSICA  
DURANTE A DITADURA MILITAR



44 Artigo  
“RELICÁRIO DA CAMPANHA ATÉ AQUI”,  
POR PAULO DELGADO

45 Artigo  
“GUERRA EXPÕE INFLUÊNCIA DA  
GEOPOLÍTICA”, POR ANTONIO LANZANA

46 Brasileiros  
MARMITAS ORGÂNICAS NA  
PERIFERIA DE SÃO PAULO



## Ainda falta o mínimo

Inimaginável seria, talvez, o termo mais adequado para definir a discrepância de realidades no Brasil, não fosse o retrato escancarado que comprova a precariedade do saneamento básico em várias regiões do território nacional. Ainda “patinamos” em relação ao mínimo necessário para a sobrevivência humana: coleta de esgoto e água tratada.

Tema da matéria de capa desta edição, a falta de saneamento torna a vida mais difícil aos moradores de Macapá. A capital do Amapá lidera o ranking das cidades com as piores condições de rede sanitária do País, de acordo com o Instituto Trata Brasil.

A situação do município, assim como a de vários outros – sobretudo nas regiões Norte e Nordeste – mostra o abismo ainda existente na sociedade quanto ao acesso a recursos essenciais. No Amapá, não há dúvidas sobre o impacto desta carência na saúde da população, dado o estabelecimento de ambientes propícios à proliferação de doenças. Isso sem contar a poluição de um ativo ambiental nacional, o Rio Amazonas, hoje depósito de esgoto por meio de ligações clandestinas.

A expectativa, no entanto, é que o Marco Legal do Saneamento pressione o Poder Público por melhorias. A nova legislação comprova a necessidade de apoio do setor privado, graças à profundidade das lacunas de atuação do Estado nos serviços públicos. O aumento de 53% para 90% do índice de brasileiros com acesso à coleta de esgoto até 2033 é uma das metas estabelecidas.

De olho em como o cenário internacional impacta o nosso cotidiano, **Problemas Brasileiros** traz entrevista com o engenheiro e professor Marcos Jank. Ele chama atenção para a alta nos custos de produção no Brasil, principalmente em razão da escassez de fertilizantes e da escalada dos preços de insumos e combustíveis. Além disso, alerta para os riscos da insegurança alimentar e dos avanços na relação entre Rússia e China – o que pode afetar nosso desempenho comercial exterior.

A descrença na ciência (em pleno século 21) é outro assunto deste número. Especialistas analisam as razões para a escalada do negacionismo e sugerem que o mundo acadêmico se aproxime do cidadão comum. Em resumo: apenas um olhar crítico e consciente sobre o País e suas perspectivas pode equacionar estes graves problemas.

ABRAM SZAJMAN,  
presidente da  
Federação do  
Comércio de Bens,  
Serviços e Turismo  
do Estado de  
São Paulo  
(FecomercioSP),  
entidade gestora  
do Sesc-SP e  
do Senac-SP

## RETROCESSO NA GLOBALIZAÇÃO

entrevista  
JAIME SPITZCOVSKY

edição  
EDUARDO RIBEIRO

foto  
CHRISTIAN PARENTE

O ENFRAQUECIMENTO DO MULTILATERALISMO É PREOCUPANTE PARA O MUNDO, EM RAZÃO DO SURGIMENTO DE INTERESSES GEOPOLÍTICOS LOCALIZADOS E TERRITORIAIS. “O QUE É UMA RELAÇÃO BILATERAL? É A LEI DO MAIS FORTE”, OPINA O ENGENHEIRO AGRÔNOMO E PROFESSOR **MARCOS JANK**, AO ANALISAR OS IMPACTOS DA GUERRA RUSSO-UCRANIANA. ELE VÊ COM RESSALVAS A ALIANÇA ENTRE RÚSSIA E CHINA, JÁ QUE O GIGANTE ASIÁTICO É O MAIOR CLIENTE DO BRASIL NO AGRONEGÓCIO. “A RÚSSIA É O NOSSO COMPETIDOR POTENCIAL, POIS DISPÕE DE QUANTIDADE ABSURDA DE TERRAS E ESTÁ AMPLIANDO AS ÁREAS PRODUTIVAS.” JANK AVALIA TAMBÉM A INSEGURANÇA ALIMENTAR GLOBAL E A INFLAÇÃO, AMBAS DESENCADEADAS PELO CONFLITO. LEIA OS PRINCIPAIS TRECHOS DA ENTREVISTA CONCEDIDA AO CANAL **UM BRASIL** E PUBLICADA PELA **PB**, REALIZAÇÕES DA FECOMERCIO-SP.

Quais são os impactos da guerra entre Ucrânia e Rússia no agronegócio brasileiro?

A volta da geopolítica – combinada à pandemia e aos problemas de oferta e demanda pelo mundo afora – fez com que os mercados agrícolas já estivessem muito estressados, com preços e custos altos. O problema dos fertilizantes já estava colocado antes mesmo da guerra, porque a Rússia decidiu não exportar para privilegiar a produção doméstica, e vários países fizeram isso. Então, já vínhamos de uma situação complicada. De repente, aparece esta guerra, que envolve dois países grandes supridores de energia, fertilizantes e produtos agropecuários. A Rússia tem o seu papel em petróleo e gás natural para a Europa e para a China. A Rússia é o maior exportador mundial de fertilizantes, ao lado da Bielorrússia – e as duas, juntas, ficam ainda maiores. Rússia e Ucrânia, juntas, representam quase 30% da exportação mundial de trigo e quase 20% da exportação mundial de milho. Isso é muito assustador. O último estresse ocorreu em 2008, quando enfrentamos problemas de safras, os preços dos grãos subiram e houve uma crise muito forte no Oriente Médio e no Norte da África, que resultou na Primavera Árabe. Agora, estamos vendo o mesmo cenário, porque, basicamente, 75% dos grãos importados pelo Oriente Médio e pelo Norte da África são oriundos de Rússia e Ucrânia. Fora isso, no Brasil, por exemplo, atualmente, 85% do seu consumo são de matérias-primas importadas, nitrogênio, fósforo e potássio, e a Rússia é o nosso principal fornecedor. Atualmente, importamos, da Rússia e da Bielorrússia, 25% das nossas necessidades de fertilizantes. A safra começa com as águas de setembro, e não há garantia que teremos volume suficiente.

Em que contexto está o agronegócio brasileiro, hoje, diante deste cenário? Dois grandes problemas resultam do conflito.

O primeiro é o de inflação e insegurança alimentar. Se analisarmos os dois últimos anos, tivemos um IPCA [*Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo*], o principal índice de inflação, de 15%, e o grupo de alimentação, dentro do IPCA, chegou a 24% de aumento. A insegurança alimentar é uma realidade no Brasil e será também, graças à guerra, em várias regiões do mundo, com destaque para o Oriente Médio. O outro impacto complicado está nos custos de produção, porque a falta de fertilizantes se soma à alta dos preços de petróleo, gasolina e diesel, o que já está claramente aparecendo no País, ao lado de problemas de provisionamento de máquinas, equipamentos, tratores e colheitadeiras, adversidades que também resultaram da pandemia. Estamos assistindo a um aumento acentuado de custos de produção na agricultura. O lado positivo é que o Brasil é um grande supridor de soja e milho. Por exemplo, estamos entre os quatro maiores exportadores do cereal no mundo – o primeiro são os Estados Unidos; o segundo é o Brasil; o terceiro, a Argentina; e o quarto, a Ucrânia. O fato de este último estar impossibilitado de vender vai permitir que exportemos mais milho. Também há oportunidades que surgem no óleo de soja e nas carnes. Outro lado positivo é que, de certa maneira, nestes últimos anos, houve uma demanda muito firme da Ásia para os nossos produtos. A China, sozinha, representa quase 40% do que exportamos. Os bons preços também beneficiaram o setor.

O que o Brasil deve fazer para enfrentar a realidade inflacionária e o aumento dos custos de produção?

Precisamos ter um plano para fertilizantes, que é muito estratégico, mas não vai resolver o curto prazo. O que pode ser feito pelo governo é facilitar as importações e buscar novos fornecedores. A respeito do petróleo, um choque afeta toda a economia. Espero que esta guerra termine antes disso.

Por que está havendo um retrocesso na globalização e quais são os efeitos deste processo?

Temos um enfraquecimento do multilateralismo em todas as áreas. O que vejo de mais



TIVEMOS UMA DIFICULDADE IMENSA PARA CONSEGUIR CONSTRUIR UM GRANDE ACORDO DE COMÉRCIO, RESULTANDO NUMA ORGANIZAÇÃO MULTILATERAL EM GENEBRA QUE, ATUALMENTE, ESTÁ SUPERENFRAQUECIDA.”

preocupante, hoje, é este mundo que reaparece com interesses geopolíticos localizados, territoriais. A Rússia, preocupada com as áreas da antiga União Soviética, faz uma invasão de uma violência absurda. A China, que tem dificuldades em todo o seu entorno, enfrenta problemas com Coreia, Japão, Taiwan, Hong Kong, o mar do Sul e a Índia. Os norte-americanos fazem uma aliança com os ingleses e os australianos. Isso tudo está voltando. Então, me preocupa muito uma aliança entre Rússia e China, porque o gigante asiático é o nosso maior cliente atual do agro – aliás, do mundo –, e a Rússia é o nosso competidor potencial, pois dispõe de quantidade absurda de terras e está ampliando as áreas produtivas, em decorrência da mudança do clima. Isso, para nós, é prejudicial, mas, para eles, faz novas áreas surgirem. Além disso, estão, desde a invasão da Crimeia, aumentando a autossuficiência rapidamente.

Na sua percepção, governo, sociedade civil e agronegócio estão falando sobre este retrocesso? Há uma efetiva preocupação e um debate sobre como o País deve lidar com estes desafios?

Acho que não. Passei dez anos fora do Brasil, nos Estados Unidos, na Europa e na Ásia. Na Ásia, principalmente, as pessoas estão preocupadas com o longo prazo. É muito interessante como aquela população tem esta visão de pensar décadas à frente. A China faz isso. E não fazemos isso por aqui, não temos *think tanks* importantes. Há um, dois ou três, mas sem uma reflexão estruturada. E o governo e as empresas são totalmente “curto-prazistas”. Aqui, estamos pensando seis meses à frente, e ninguém faz uma reflexão estruturada de longo prazo.

Rússia e Ucrânia são grandes *players* do mercado internacional do trigo. Qual é o impacto da guerra neste setor em particular?

Quando se tem uma inflação de alimentos que torna proibitiva a alimentação, as pessoas ficam muito mais preocupadas do que na falta de qualquer outro produto. A situação é muito crítica. Os argentinos estão se preparando para fazer uma grande safra

neste ano. Quer dizer, não é fácil substituir 30% da exportação mundial, assim como não é simples substituir a Rússia no fornecimento de fertilizantes para nós. Isso pode causar muito estresse. Vai depender de a guerra continuar ou não; impressiona que já tenha ido longe demais. Não consigo imaginar que a Rússia queira resgatar a União Soviética. Se o conflito não parar, preços vão aumentar ainda mais e faltarão produtos nos mercados.

O que a crise da Organização Mundial do Comércio (OMC) significa, especialmente para o Brasil?

A entidade se enfraqueceu, mas não só ela; a União Europeia se esmoreceu com a saída do Reino Unido e com as próprias dificuldades internas, o Nafta [*Tratado Norte-Americano de Livre Comércio*] foi revisto por Trump, a globalização foi sendo “furada” em diversas camadas, criadas no pós-guerra. Esta que é a verdade. Tivemos uma dificuldade imensa para conseguir construir um grande acordo de comércio, resultando numa organização multilateral em Genebra que, atualmente, está superenfraquecida. Ela foi criada em 1995 e, em 2020, já havia perdido toda a musculatura, ninguém a leva muito a sério mais. E aí surge o que no lugar dela? As relações bilaterais. E o que é uma relação bilateral? É a lei do mais forte.

O “mundo do comércio administrado” é uma ameaça ao Brasil?

Para o agronegócio, sem dúvida. Cada vez mais, o livre-comércio vem sendo substituído pelo comércio administrado, e quando vemos o presidente da China se encontrando com Putin, falando em relações eternas e permanentes, começa a ficar preocupante. Vivemos anos do grande apogeu do Ocidente, com o domínio europeu do mundo; depois, o domínio norte-americano. Temos uma cultura muito influenciada pela Europa e pelos Estados Unidos por sermos ocidentais, e não prestamos atenção direito nestas mudanças que ocorrem na Eurásia.

*UM BRASIL é uma plataforma multimídia composta por entrevistas, debates e documentários com nomes dos meios acadêmico, intelectual e empresarial. O conteúdo destes encontros aborda questões importantes sobre os quadros econômico, político e social do Brasil.*

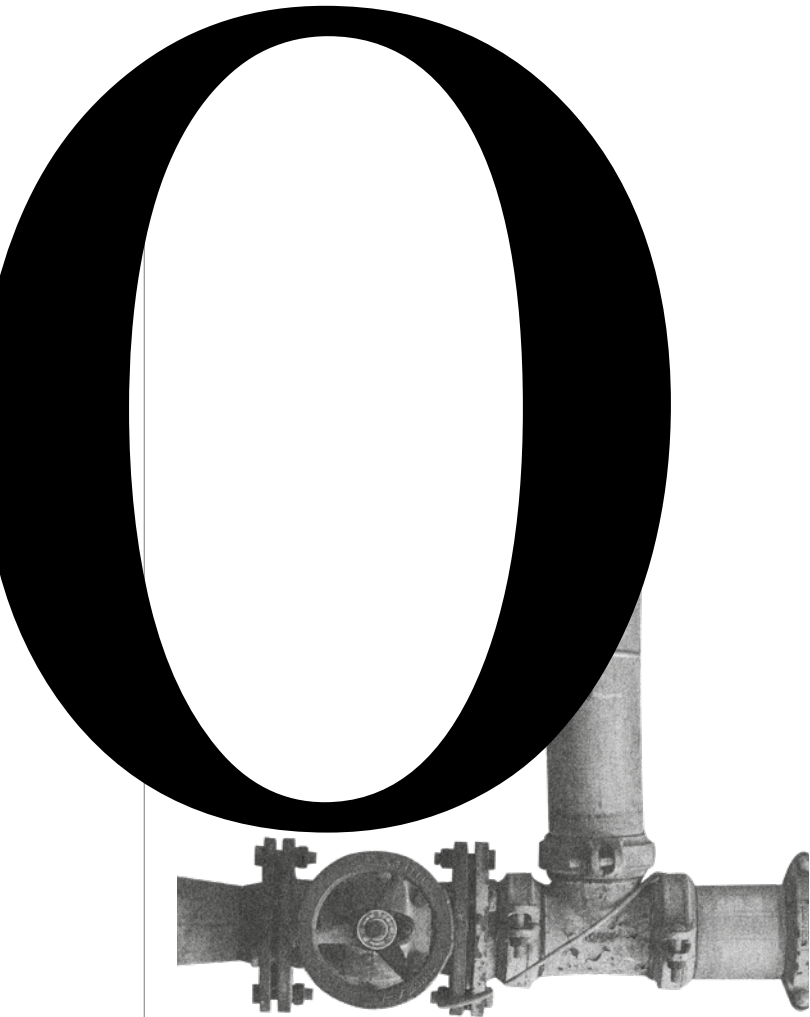
ASSISTA À ENTREVISTA NA ÍNTEGRA POR MEIO DESTA CÓDIGO QR:



# SEM ÁGUA, NEM ESGOTO

“O Rio Amazonas tem sido o pai e a mãe da rede de esgotos de Macapá”, resume o líder comunitário Ildefonso Silva, ao comentar a situação da rede sanitária da capital do Amapá. A cidade amarga a pior situação do País em relação ao saneamento. Apenas 37,56% da população local têm acesso regular à água potável e 10,76% são atendidos por rede de esgoto.

texto MARCUS LOPES



Os danos provocados pelo esgoto despejado no maior rio em volume de água do mundo é uma parte da difícil situação vivida no dia a dia pelos macapaenses, que sofrem com a histórica falta de investimentos no setor. Com cerca de 520 mil habitantes, segundo os dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o gasto anual médio em saneamento básico em Macapá é de apenas R\$ 11,25 por pessoa, mostra o Ranking de Saneamento 2022, elaborado pelo Instituto Trata Brasil, que inclui os dados que abrem esta reportagem. Para efeitos de comparação, na cidade de São Paulo, a maior do País e com mais de 12 milhões de habitantes, o gasto é de R\$ 180,97, aponta o estudo.

“A carência em saneamento provoca reflexos diretos na saúde da população, como aumento de casos de diarreia, febre tifoide e outros problemas”, diz Silva, que se divide entre Macapá, onde estuda, e Laranjal do Jari, no interior do Amapá, onde mora sua família. Diretor da Confederação Nacional de Associações de Moradores (Conam), ele conta o perrengue diário dos contrerrâneos em todo o Estado do Amapá, que tem 16 municípios – todos com problemas semelhantes aos da capital em relação ao atendimento precário em saneamento básico.

Na capital, um dos grandes problemas, conta Silva, é que cerca de 40% dos moradores vivem em áreas de ressacas (re-

giões de lagos e rios) e montam as casas em cima de palafitas rudimentares, inclusive sobre o Rio Amazonas, que banha a cidade e acaba recebendo todo tipo de esgoto *in natura*, a maior parte em ligações clandestinas. “Como as pessoas não têm onde morar, acabam construindo suas palafitas nos locais de ressaca”, lamenta.

Para contornar a falta de fornecimento de água potável, uma das práticas mais comuns, inclusive em bairros de classe média, é a abertura de poços, chamados de “amazonas”. Conhecidos no Sul e no Sudeste do País como “poços caipiras”, trata-se de um poço simples, raso, escavado manualmente até encontrar o primeiro lençol freático de água. A profundidade de um poço deste tipo, de modo geral, não chega a 20 metros, e as técnicas de perfuração e captação de água são bem mais rústicas do que as de um poço artesiano.

“Muitas vezes, o poço é escavado manualmente pelo próprio morador”, detalha Silva. Em bairros mais abastados, afirma, o poço caseiro é necessário, porque, apesar da existência da rede de distribuição, a água não chega às torneiras, em especial nos períodos de seca. Outro agravante é o volume de fossas sanitárias espalhadas pela cidade, que acaba contaminando o lençol freático que abastece os poços.

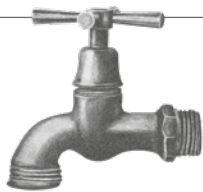
Reflexo disso, o consumo de água mineral no Amapá é grande, principalmente na capital. “Não se trata de um luxo”, observa Silva, mas de uma necessidade da população. O garrafão de 20 litros de água mineral na capital amapense custa em torno de R\$ 6. Em Laranjal do Jari, que fica a aproximadamente 300 quilômetros dali, o mesmo garrafão é vendido entre R\$ 12 e R\$ 15.

A situação de Macapá se estende por todo o Estado, cuja população atual é estimada em 880 mil habitantes, segundo o IBGE. “Apenas 36% da população possuem acesso ao abastecimento de água, e praticamente todo o Estado não dispõe de sistema de coleta e tratamento eficaz de esgoto sanitário”, afirma José Aírton Rodrigues, presidente da Concessionária de Saneamento do Amapá (CSA).

DOS DEZ PIORES MUNICÍPIOS EM SANEAMENTO BÁSICO DO PAÍS, SEIS ESTÃO LOCALIZADOS NA REGIÃO NORTE



Fonte: Trata Brasil

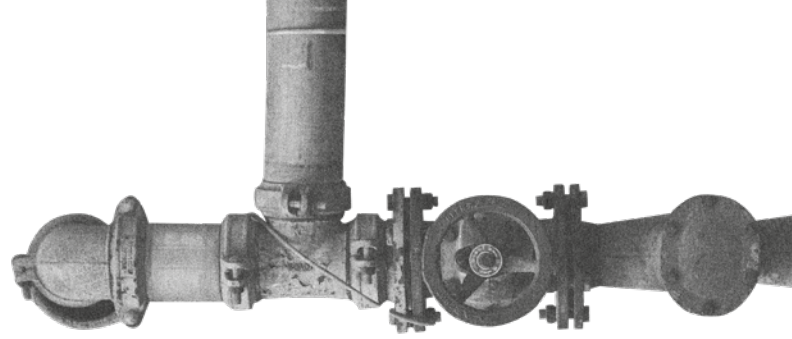


4 em cada 10 moradores de Macapá (AP) têm acesso regular à água potável



1 em cada 10 é atendido por rede de esgoto

Para contornar a falta de fornecimento de água potável, uma das práticas mais comuns em Macapá, inclusive em bairros de classe média, é a abertura de poços escavados manualmente



ESPERANÇA DE MELHORIAS

Em setembro do ano passado, uma concessionária privada, liderada pela Equatorial Energia, venceu o leilão para a concessão dos serviços da Companhia de Água e Esgoto do Amapá (Caesa) em todos os municípios, incluindo a capital. O valor da oferta foi de R\$ 930 milhões, e o contrato tem duração de 35 anos. Os estudos e o modelo de concessão foram coordenados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e supervisionados pelo governo estadual.

Os serviços da Equatorial estão em fase de operação assistida até julho, quando o grupo privado assumirá integralmente a concessão. O trabalho não será fácil. “Apenas uma pequena parcela da população tem o esgoto coletado, sendo que um dos grandes desafios será prover investimentos nos sistemas de água e esgoto para atingir a universalização e reduzir o índice de perdas de água, que hoje gira em torno de 75%”, informa Rodrigues, da CSA.

Para atingir a meta, estão previstos, segundo a Equatorial, R\$ 3 bilhões em investimentos ao longo do período de concessão, dos quais R\$ 1 bilhão será aplicado nos próximos cinco anos. O valor será utilizado em obras de infraestrutura sanitária, como expansão das redes de abastecimento de água e coleta de esgoto, estações de tratamento, reservatórios e recuperação dos sistemas atuais, entre outras intervenções. A previsão da concessionária é atingir a universalização da coleta de esgoto em todo o Amapá em até 17 anos, e do abastecimento de água, nos próximos 11 anos. As perdas do recurso natural devem ser reduzidas para 30% em até nove anos.

AVANÇO INSUFICIENTE

Dos dez piores municípios em saneamento básico do País, seis estão localizados na Região Norte: Macapá (AP), Porto Velho (RO), Santarém (PA), Rio Branco (AC), Belém (PA) e Ananindeua (PA). Os outros que constam da lista dos dez piores são Maceió (AL), Gravataí (RS), Várzea Grande (MT) e São Gonçalo (RJ). Os dados são da 14ª edição do Ranking do Saneamento, que confirma a gravi-

dade da situação da região em relação ao saneamento básico.

O estudo, que analisou a situação dos cem maiores municípios localizados em todo o território nacional, com base nas informações do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), ano 2020, indica que o Brasil melhorou discretamente nos últimos anos. Contudo, o caminho para atingir a universalização do atendimento ainda é longo.

Em relação à rede de água potável, 84,1% da população brasileira, em média, têm água na torneira em suas casas. Os municípios mais bem colocados são Rio de Janeiro (RJ), Curitiba (PR), Porto Alegre (RS), Campo Grande (MS) e São Bernardo do Campo (SP). Todos fornecem água a 100% de seus habitantes. Na outra ponta, os piores são Porto Velho (RO), com apenas 32,8% da população atendidos com rede de água consolidada; Ananindeua, no Pará, com 33,8%; Macapá (AP), com 37,5% do total; e Santarém, no Pará, com 50,9%.

Quando o assunto é esgoto, 54,9% da população brasileira, em média, contam com coleta. Apenas dois municípios analisados, Piracicaba e Bauru, ambos no interior paulista, atendem a 100% da população com coleta de esgoto, e 34 cidades têm coleta superior a 90% dos habitantes. Do total de esgoto coletado, apenas 50,75% recebem o procedimento adequado em estações de tratamento antes de serem devolvidos à natureza.

Em Santarém, uma das principais cidades paraenses, o serviço de coleta de esgoto atende a apenas 4,1% dos 300 mil habitantes, o pior índice do País. Em relação à situação do saneamento na cidade, a Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa), por meio de nota, explica que os dados utilizados na pesquisa do Trata Brasil são de 1995 a 2020. “Portanto, ainda não refletem as ações iniciadas pela atual gestão do governo estadual. A partir de 2019, a Cosanpa retomou 13 projetos parados e iniciou novas obras nos municípios paraenses. Belém, Ananindeua e Santarém estão entre eles. Mais de R\$ 1 bilhão está sendo investido pela Companhia”, diz a nota emitida pela assessoria de imprensa.

CALAMIDADE SANITÁRIA

No Brasil, a ausência de acesso à água tratada atinge quase 35 milhões de pessoas, ao passo que 100 milhões de brasileiros não têm acesso à coleta de esgoto, o que provoca grande impacto no sistema de saúde, refletindo em centenas de pessoas contaminadas e hospitalizadas por doenças provocadas pela falta de saneamento. O montante de esgoto sem tratamento despejado na natureza, todos os dias, no território nacional, é equivalente a 5,3 mil piscinas olímpicas. O impacto é sentido não apenas pela população, mas também pelo meio ambiente de uma maneira geral. É o caso do Rio Amazonas e de outros cursos d’água pelo País.

100  
MILHÕES  
de brasileiros  
vivem sem coleta  
de esgoto



35  
MILHÕES  
de pessoas  
não têm acesso  
à água tratada

Fonte: Trata Brasil

INCONGRUÊNCIAS

O ranking traz à vista a desigualdade entre as regiões. Enquanto o Sul e o Sudeste apresentam os melhores desempenhos, Estados do Norte e do Nordeste enfrentam realidades sofríveis. “Os índices de acesso à água e ao tratamento de esgoto têm uma diversidade grande de acordo com a região geográfica brasileira”, afirma Luana Siewert Pretto, presidente-executiva do Instituto Trata Brasil.

A edição de 2022 do Ranking do Saneamento, diz Luana, evidenciou uma estagnação dos municípios que sempre estão nas piores posições. “O que nos assusta é que estas cidades, mais uma vez, são do Norte, onde o acesso ao saneamento ainda é mais deficitário do que em outras regiões.”

Há também disparidade de investimentos entre as localidades. Enquanto nos 20 municípios mais bem posicionados, o gasto anual em saneamento básico é de R\$ 135 por habitante, em média, nos 20 mais mal colocados, este mesmo tipo de gasto é de R\$ 48 por habitante. “Os municípios que investem mais em saneamento básico automaticamente realizam mais obras, ampliam o acesso da população aos serviços e, consequentemente, estão bem posicionados no ranking”, afirma Luana.

É o caso de Uberlândia (MG), segunda colocada na lista geral de saneamento. A cidade mineira perde apenas para Santos, no litoral paulista. Em Uberlândia, 100% da população – cerca de 700 mil habitantes, segundo o IBGE – contam com abastecimento de água, e 98,22% têm atendimento de esgoto. Os números, de acordo com o Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE), autarquia municipal responsável pelo setor, são frutos de investimento contínuo desde a década de 1960. Apenas no ano passado, estes benefícios chegaram a R\$ 90 milhões, afirma a Prefeitura de Uberlândia.

R\$ 135  
é o investimento  
médio por habitante  
dos 20 municípios  
em melhor situação



R\$ 48  
é a média de  
investimento por  
habitante nas 20  
cidades com piores  
condições

Fonte: Trata Brasil

EXEMPLO DE BOA GESTÃO

“O saneamento é a base para o crescimento da cidade. Como consequência, atrai investimentos, gera empregos e propicia qualidade de vida e saúde aos moradores”, diz Leocádio Alves Pereira, diretor-geral-adjunto do Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE). Segundo ele, para atingir resultados como os de Uberlândia, é necessário estabelecer metas, dar prioridade e antecipar as ações e os projetos benéficos ao desenvolvimento local. Desde 2017, o DMAE passou a cuidar também dos serviços de resíduos sólidos e drenagem pluvial da cidade – que, antes, ficavam a cargo da prefeitura.

Além de proteger a saúde e promover o bem-estar da população, o investimento em saneamento repercute de forma positiva em outras áreas, como a Economia Regional. Na ótica de Pereira, o empreendedor, independentemente do segmento – industrial, comercial ou de serviços –, procura se instalar em uma cidade que dê segurança na execução de suas atividades, contando com abastecimento de água de qualidade e tratamento de efluentes satisfatório. “Nos últimos anos, podemos citar os investimentos na construção civil como responsáveis por ótimos resultados em Uberlândia”, cita o diretor do DMAE.

5,3  
MIL PISCINAS OLÍMPICAS  
de esgoto *in natura* são despejadas na  
natureza, todos os dias, no Brasil

R\$ 75  
BILHÕES  
é o volume de investimentos necessários  
até 2033 para a universalização  
dos serviços de saneamento

Fonte: Trata Brasil e Abcon

METAS A CUMPRIR

De acordo com o Novo Marco do Saneamento, aprovado pelo Congresso Nacional e sancionado pelo governo federal em 2020, 99% da população terão acesso à água, e 90% dos domicílios brasileiros devem contar com coleta de esgoto, até 2033. Em 2020, de acordo com o Trata Brasil, foram investidos R\$ 13,7 bilhões, valor considerado irrisório para atingir os parâmetros estabelecidas pelo marco.

“Foi um importante passo no sentido de promover investimentos no setor, e, consequentemente, direcionar o País à universalização”, opina Gesner Oliveira, sócio da GO Associados – consultoria especializada em ciências ambientais e engenharias civil e ambiental na área de Saneamento e Manejo de Resíduo –, que participou do levantamento do Trata Brasil. “Contudo, 2020 também foi o primeiro ano da pandemia de covid-19, fato que escancarou a lentidão com que avançam os principais indicadores de saneamento básico”, diz.

O investimento total previsto nos próximos 12 anos para que o Brasil atinja a universalização dos serviços determinados no Marco do Saneamento é de R\$ 753 bilhões. Deste total, R\$ 255 bilhões são referentes à recuperação da depreciação das redes e dos ativos existentes. As projeções são da Associação e Sindicato Nacional das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (Abcon Sindcon) e da KPMG Brasil.



Gasto anual médio em  
saneamento básico em  
Macapá é de R\$ 11,25  
por pessoa. Na cidade de  
São Paulo, o montante  
aplicado por habitante  
é de R\$ 180,97

“Com o novo Marco Legal, o setor passou a contar com uma base para evoluir e sair da inércia em que estava nos últimos anos. Hoje, o saneamento ocupa papel de destaque nos desenvolvimentos econômico e social do País”, avalia Percy Soares Neto, diretor-executivo da Abcon Sindcon. Para ele, a pandemia veio, inclusive, fortalecer a visão de que a expansão dos serviços de água tratada e esgotamento sanitário é essencial para a garantia da saúde pública.

“Diante de todo o seu potencial, e da urgente necessidade de investimentos, o saneamento se apresenta como alternativa mais robusta para a retomada econômica no pós-pandemia”, destaca. Soares Neto acrescenta que o saneamento deverá ser um dos setores mais importantes na recuperação pós-covid-19, com R\$ 1,4 trilhão de impacto na economia nacional nos próximos 12 anos, além da geração de mais de 14 milhões de empregos, ao longo do período de investimentos, e R\$ 90 bilhões em arrecadação tributária. “A participação da iniciativa privada é fundamental para garantir os investimentos necessários à universalização do saneamento. Só em 2019, foram aplicados R\$ 4,85 bilhões pelas operadoras privadas, diante de um investimento total de R\$ 14,8 bilhões, considerando todas as operadoras.”

EMPRESARIADO OTIMISTA

Só em 2021, os leilões em saneamento básico realizados no País somaram cerca de R\$ 30 bilhões em outorgas, no total. Os investimentos previstos, sozinhos, nesses leilões alcançam R\$ 46 bilhões, segundo cálculos da Abcon. Além do Amapá, destacam-se os leilões realizados em Alagoas e o da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (Cedae).

As empresas enxergam boas expectativas para o futuro do setor. A consolidação do marco garante mais segurança jurídica às concessões, o que aumenta a confiança do mercado em disputar e assinar novos contratos, geralmente de longa duração. “A atração de investimentos significativos e recorrentes em infraestrutura é essencial para os desenvolvimentos econômico e social, seja para combater a crise sanitária que afeta a saúde da população, seja para contribuir para a retomada econômica”, ressalta Rogério Tavares, vice-presidente de Relações Institucionais da Aegea Saneamento.

A companhia é líder no mercado de saneamento privado, com serviços prestados a 21 milhões de pessoas distribuídas em 154 municípios e 13 Estados. No ano passado, foram investidos R\$ 775,9 milhões pela empresa nas cidades onde atua, como Porto Alegre (RS), Campo Grande (MS), Teresina (PI), Manaus (AM), entre outras. Um dos maiores desafios da Aegea, segundo Tavares, será assumir os serviços da Cedae no Estado do Rio, onde estão previstos R\$ 7,2 bilhões em investimentos em infraestrutura sanitária nos próximos cinco anos, em 27 municípios, incluindo a capital.

De acordo com a Abcon, com os leilões realizados até o momento, as empresas privadas de saneamento já atendem, de forma integral ou parcial, em torno de 31,6 milhões de pessoas em todo o território nacional (15% da população) e estão presentes em 7% dos municípios. Até 2030, a expectativa da Abcon é que 40% da população brasileira sejam atendidos por empresas privadas de saneamento até 2030.

“Água e saneamento são áreas estratégicas estatais. Não podem ser tratadas apenas como mercadoria”, diz Getúlio Vargas Júnior, presidente da Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conam). Além da participação das comunidades nas discussões sobre as concessões, é necessário garantir que as áreas menos atraentes aos investidores, geralmente as mais carentes, também sejam atendidas de maneira plena, tanto pelas concessionárias como pelo Estado, quando necessário. “O saneamento é um direito básico do povo. A questão não é o atendimento ser privado ou público, mas garantir que os serviços sejam universalizados e com tarifas justas para todos”, defende Vargas Júnior.

&

# TRAGÉDIA ANUNCIADA

texto GUILHERME MEIRELLES



D

Os aumentos da letalidade e da frequência destas tragédias se explicam pela continuidade da expansão das cidades serranas sobre encostas naturalmente instáveis e impróprias à ocupação urbana”, resume.

O *Atlas Digital de Desastres do Brasil*, estudo feito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em parceria com o Banco Mundial, aponta no mesmo sentido. O estudo contempla o período entre 1995 e 2019, quando ocorreram 18.551 casos de inundações, enchentes, enxurradas e deslizamentos, que resultaram em 6,629 milhões de desabrigados e impactaram a vida de 67,516 milhões, deixando um prejuízo de R\$ 59,36 bilhões, em valores corrigidos.

Os deslizamentos são mais expressivos nas regiões Sudeste e Sul, tanto pela frequência e pela intensidade das chuvas entre dezembro e abril, como pela grande quantidade de famílias vivendo em áreas vulneráveis nas grandes e médias cidades – nas regiões Norte e Nordeste, os eventos mais frequentes são inundações, por causa da erosão à beira dos rios. Em fevereiro deste ano, contudo, um deslizamento de barrancos causou duas mortes em Manaus (AM).

É o que se chama de “deslizamentos de corrida”, comuns em terrenos com inclinação superior a 20 graus nos quais a chuva se infiltra. Enquadram-se na descrição as recentes tragédias de Petrópolis e Angra dos Reis (que já havia passado por situação semelhante em 2009, com 53 mortos), como também a ocorrida em janeiro de 2011, na Região Serrana do Rio de Janeiro, que deixou 918 mortos nos municípios de Petrópolis, Teresópolis, Nova Friburgo e cidades vizinhas, considerado o mais grave deslizamento da história do País. Até então, o pior evento climático havia sido em março de 1967, em Caraguatatuba (SP), quando foram registradas 450 mortes, 3 mil desabrigados e o fechamento da Rodovia dos Tamoios, em razão da lama que desceu da Serra do Mar.

## DESCASO DAS AUTORIDADES

Segundo Santos, as causas das tragédias estão diretamente relacionadas à falta de compromisso das autoridades públicas em aplicar as recomendações técnicas, em especial as Cartas de Suscetibilidade e Deslizamento, as Cartas Geotécnicas e as Cartas de Risco. A arquiteta Isadora Guerreiro, professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP) e pesquisadora do LabCida-

De tempos em tempos, o Brasil assiste a cenas que lembram um filme de apocalipse. Casas destruídas, automóveis virados, móveis espalhados pelas ruas, famílias desamparadas clamando por justiça, bombeiros desesperados em busca de sobreviventes e autoridades, com expressão de pesar, lamentando por mais um desastre. Alega-se que todos os cuidados foram tomados, e as fortes chuvas recebem a culpa, por terem superado o volume previsto. Só em 2022, os deslizamentos de terra já provocaram a morte de 317 pessoas, a maior parte nas tragédias ocorridas em Petrópolis (RJ), Angra dos Reis (RJ) e Paraty (RJ), no primeiro trimestre. No fim do ano passado, foram 23 vítimas fatais, nos municípios de Franco da Rocha e Francisco Morato, ambos na Grande São Paulo. Desde 1988, segundo levantamento do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), foram 4,02 mil óbitos em desastres com deslizamentos, quatro vezes mais que o total de mortos da Guerra das Malvinas, entre Reino Unido e Argentina. Com a chegada do outono e a trégua no período de chuvas, fica a pergunta: quando será a próxima tragédia?

Surgem aqueles que atribuem a maior incidência de chuvas às mudanças climáticas. Autor do livro *Enchentes e deslizamentos: causas e soluções*, o geólogo Álvaro Rodrigues dos Santos discorda da tese. “As tragédias com deslizamentos e enchentes não estão associadas ao aquecimento global. Ocorrem já há décadas, tendo como causa a combinação de eventos pluviométricos de grande intensidade com a ocupação de áreas de risco para deslizamentos e enchentes.

## “AS AUTORIDADES SE PRENDEM À REMOÇÃO DAS FAMÍLIAS DAS ÁREAS DE RISCO E À DOAÇÃO DE R\$ 400/MÊS POR UM ANO, PARA DESPESAS DE ALUGUEL. ESTA MEDIDA NÃO RESOLVE O PROBLEMA. COM ESTE VALOR, ELAS VÃO PARA OUTRA ÁREA DE RISCO.”

ISADORA GUERREIRO, pesquisadora do LabCidade e professora da FAU-USP

de, acrescenta que a solução implica planejamento urbano e construção de unidades habitacionais para a população de baixa renda. “A ação das autoridades se prende à remoção das famílias das áreas de risco e à doação de R\$ 400/mês por um ano, prorrogável por mais um ano, para despesas de aluguel. Com este valor, elas vão para outra área de risco ou para alguma comunidade carente. Os governos municipais e estaduais deveriam seguir um plano de locação social, com construção de novas unidades habitacionais e reformas de edifícios vazios, principalmente nas regiões centrais”, analisa.

De acordo com a Secretaria Estadual de Infraestrutura e Meio Ambiente (Sima/SP), existem 750 mil casas em áreas de risco e deslizamento nos 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Apenas na capital, segundo a Defesa Civil do Município, são 485 áreas de risco. Isadora afirma que os projetos habitacionais direcionados para a baixa renda “são voltados ao interesse do mercado, casos do Minha Casa, Minha Vida e do atual Casa Verde e Amarela, executados fora das áreas de risco, mas que não dialogam com os planos diretores das prefeituras. Acabam sendo levantados em áreas distantes do centro, que são mais baratas e não contam com infraestrutura básica de comércio, saúde e escolas”.

### MEDIDAS PREVENTIVAS

Tragédias semelhantes às de Petrópolis aconteceram em países como Peru, Venezuela, Índia e Afeganistão nas últimas

décadas. “Com exceção do Paraguai e do Uruguai, são frequentes na América Latina, com a diferença que alguns estão mais avançados que o Brasil na gestão de riscos. A Colômbia desenvolveu uma parceria com o Banco Mundial na urbanização de áreas, no planejamento urbano e na remoção das pessoas das áreas ameaçadas”, informa Eduardo Soares de Macedo, geólogo e pesquisador do IPT. De acordo com Macedo, “cabe às prefeituras criar planos de fiscalização e urbanização, bem como montar um plano de gestão de riscos. Ao governo estadual, fica o encargo da Defesa Civil auxiliar na montagem dos planos e prestar os serviços de emergência”.

No caso de Petrópolis, por exemplo, após a tragédia de 2011, a prefeitura montou um sistema de som com 18 sirenes para alertar a iminência de chuvas fortes na região. De acordo com relatos de moradores das áreas atingidas, em fevereiro, as sirenes não foram acionadas quando a chuva atingiu 45 milímetros em uma hora, como era previsto. Na avaliação de Macedo, o sistema é ineficiente. “Petrópolis é uma cidade com 200 mil moradores, dos quais 20 mil moram em áreas de perigo. Em seis horas, choveu mais do que o esperado para todo o mês de fevereiro. Não há estrutura de remoção em curto prazo.”

O geólogo Álvaro Rodrigues classifica os sistemas de sirenes como “uma extrema crueldade humana”: “Seria interessante ver como as autoridades públicas responsáveis por este crime de omissão reagiriam caso fossem moradoras em áreas

de risco, submetidas à brutalidade de, ao som de uma alucinante sirene, ou de um torpedo no celular, sob chuva torrencial, deixar suas casas às 3 horas da manhã para fugir da possibilidade de serem tragadas pelo barro e pelas pedras de um deslizamento”.

Como exemplo bem-sucedido, Santos cita o caso da ação conjunta das prefeituras de Santos e São Vicente, que conseguiram reduzir a incidência de desastres nos morros. “Os municípios aplicaram a Carta Geotécnica dos Morros de Santos e São Vicente, elaborada pelo IPT, desde 1979, o que levou a uma drástica redução dos casos de acidentes com deslizamentos e a uma organizada gestão da expansão urbana no local. Em Petrópolis, as autoridades tinham conhecimento técnico dos riscos e não evitaram a tragédia”, critica. A Prefeitura de Petrópolis reduziu os gastos da Defesa Civil em 2021 (R\$ 94,4 mil) em comparação a 2020 (R\$ 104,4 mil). No ano passado, as despesas representaram apenas 0,007% da receita anual de R\$ 1,3 bilhão – em 2020, eram de 0,009% da receita de R\$ 1,2 bilhão.

### INDENIZAÇÕES

Caso seja comprovada a omissão ou a falha das prefeituras, é possível exigir indenização pelos danos causados. Em fevereiro passado, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP) deu ganho de causa a uma moradora do Guarujá, que perdeu a casa em 2020. Naquele ano, em março, uma série de deslizamentos causou a morte de 40 pessoas e centenas de desabrigados na Baixada Santista. Segundo a decisão, tratava-se de uma ocupação irregular, a qual a Prefeitura do Guarujá havia identificado como área ameaçada, em 2007, mas nada fez para remover as famílias. O valor foi arbitrado em R\$ 70 mil.

As eventuais decisões são pontuais e não estão guiadas por uma legislação específica. Em fevereiro, o Executivo enviou à Câmara Federal o Projeto de Lei (PL) 35/2022, que, em tese, visa a estimular a saída de moradores em áreas de risco, com a regulamentação das indenizações para construções irregulares. Por meio do projeto, o construtor da obra recebe o valor de até R\$ 60 mil, conforme o tamanho do imóvel e o tempo de construção.

Para Isadora Guerreiro, da USP, o PL não atende aos princípios essenciais de moradia popular e vai criar um mercado de indenizações para áreas de risco. “Será um incentivo à construção irregular e a um posterior pedido de indenização, com a entrada de locadores ‘laranja’ a man-

do dos construtores. Com R\$ 60 mil, a pessoa não tem condição de comprar uma casa digna para a família”, pontua. Ainda segundo a arquiteta, existem outros dois agravantes: o projeto não prevê a concessão de uma “bolsa-aluguel” nos casos em que a casa estiver locada e impede que o beneficiário possa pleitear um imóvel nos projetos habitacionais de caráter social, como o Casa Verde e Amarela, já que esta indenização será considerada como atendimento habitacional definitivo.

### GOVERNO NEGA CULPA

Desde 2019, o governo federal destinou R\$ 949,7 milhões para ações de socorro, assistência, restabelecimento e reconstrução em casos de desastres naturais, segundo a assessoria de imprensa do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). No caso específico de Angra dos Reis (RJ), teriam sido enviados, em menos de 24 horas, R\$ 2,4 milhões para a assistência humanitária no município. A assessoria destaca que foram aprovadas duas medidas provisórias que disponibilizam R\$ 1 bilhão como apoio aos municípios, por meio da Defesa Civil. A verba é voltada a Estados e municípios que apresentarem

Não são apenas os anônimos que sofrem as dores das perdas em uma catástrofe. Em janeiro de 2011, no pior evento climático da história nacional, o sítio em que o compositor Antonio Carlos Jobim criou a sua obra-prima, *Águas de março*, foi destruído pelas chuvas que castigaram a Região Serrana do Rio de Janeiro. A propriedade ficava em São José do Vale do Rio Preto, a 40 minutos de Petrópolis. Reza a lenda que a inspiração do verso “é o carro enguiçado, é a lama, é a lama” surgiu de uma visita de João Gilberto em meio a uma chuva torrencial. As águas de janeiro derrubaram a casa principal e a do caseiro. Por sorte, não houve vítimas.

&



# QUANTAS PERGUNTAS PODEM SER RESPONDIDAS EM 500 ENTREVISTAS?

---

O Brasil está longe de se tornar o país que sonhamos. Contudo, mantemos firme a busca por mudanças, sempre apostando na soma – e nunca na divisão.

Acreditamos no simples fato de que a verdade é o que realmente abre os olhos.

E é esta crença que nos move no Canal UM BRASIL: nos dedicamos a debater e conversar com acadêmicos e especialistas sobre questões que realmente importem e possam levar a novos caminhos.

E foi assim que chegamos a 500 conversas sobre direções que ajudam a despertar a nossa identidade com base em diálogos mais inclusivos e participativos.

**QUER CONFERIR TODO O CONTEÚDO E ENTRAR  
PARA O DEBATE? ACESSE [UMBRASIL.COM.BR](http://UMBRASIL.COM.BR)**

---

## UM BRASIL

QUESTÕES DE VERDADE

    @canalumbrasil

UMA REALIZAÇÃO |  **FECOMERCIO**SP

CONTEÚDOS INÉDITOS DO SITE  
DA PROBLEMAS BRASILEIROS



## MUNDO SOB PRESSÃO

Guerra, pandemia e sanções comerciais têm alimentado a chamada “desglobalização”, caracterizada por menor interdependência e integração entre as cadeias produtivas globais. O fenômeno atinge setores e países de formas diferentes. A Arábia Saudita, por exemplo, não pode renunciar à importação de alimentos. Existe, porém, uma tendência à reorganização destas redes de suprimentos. Reportagem analisa o contexto brasileiro, apontando os possíveis impactos econômicos a médio prazo.

## Menos custos logísticos

Mesmo tendo quase 8 mil quilômetros de costa litorânea, o Brasil ainda utiliza pouco o transporte por cabotagem (navegação costeira entre portos). Enquanto as rodovias respondem por 67% do volume de mercadorias transportadas, a cabotagem atende a 7,9% do total. Todavia, há perspectivas de crescimento. Com a sanção da BR do Mar (Lei 14.301/2022) em janeiro, o governo quer incentivar este modal no escoamento da produção. Elencamos as principais vantagens desta alternativa, que chega a ter fretes até 30% mais baratos do que o de caminhões.

## Novos parceiros

Se o Brasil mantiver uma agenda de flexibilização de normas e modernização de processos de importação e exportação, poderá ampliar o seu protagonismo comercial com diversos países. A análise é de Lucas Ferraz, secretário de Comércio Exterior (Secex) do Ministério da Economia. Para ele, estamos em uma posição favorável, sendo grandes exportadores de commodities agrícolas, energéticas e minerais, além de ser um fornecedor confiável. Mais independência em relação ao Mercosul foi outro aspecto defendido por Ferraz, em reunião do Conselho de Relações Internacionais (CRI) da FecomercioSP.

## A cara do Brasil

Tem novidade na página da **PB**. A editoria “Brasileirismos” resgata a história e as curiosidades de elementos típicos da tradição popular brasileira. Na primeira reportagem da série, com periodicidade mensal, mostramos como a água fresca foi “inventada” há cem anos, em texto que narra as singularidades do filtro de barro. As origens do copo americano, característico dos botequins, são resgatadas em outra matéria.

# Sustentabilidade e equidade de gênero



Novas pesquisas reforçam que diversidade de gênero nos processos decisórios traz resultados positivos dentro das corporações e para toda a sociedade. O preconceito que mulheres com mais de 40 anos sofrem no mercado de trabalho, no entanto, é incondizente com a contribuição de executivas nos bons desempenhos social e ambiental das empresas.

Incentivar a diversidade e valorizar as contribuições de gestoras são pontos fundamentais para boas atuações sociais e ambientais do setor privado brasileiro. Contudo, é preciso que os negócios se comprometam a tornar o ambiente corporativo mais acolhedor para as mulheres, que têm as capacidades inibidas pelos preconceitos de gênero e de idade. Os apontamentos são resultados de dois estudos recentes de pesquisadores da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV EAESP), divulgados pela Agência BORI.

O primeiro trabalho, publicado em março na revista *GV Executivo*, mostra que organizações com alta pontuação em indicadores de sustentabilidade têm em comum a liderança feminina, propositiva e atenta às responsabilidades sociais das corporações. Este é o primeiro estudo a analisar a relação entre ambos os temas nas empresas do País.

Os autores partiram de uma análise quantitativa da pontuação dos fatores ESG (em português, indicadores ambiental, social e de governança) de 98 empresas de capital nacional. Os dados são provenientes do índice ESG Score, da agência Arabesque S-Ray, e correspondem ao período entre setembro de 2018 e agosto de 2020. Dentre as organizações do grupo com baixa pontuação ESG, 31% não têm presença de mulheres na diretoria ou no conselho de administração. Já em empresas com alto ESG, esta ausência ocorre apenas em 17%.

Para validar as correlações positivas encontradas, os autores realizaram entrevistas em

profundidade com 14 mulheres em cargos de liderança nas empresas pontuadas. A pesquisadora Monique Cardoso, uma das autoras do artigo, destaca que essas lideranças são proativas, tomando a gestão de riscos socioambientais das atividades como um valor pessoal. “Em vez de assumir papéis masculinos, estas líderes estão convertendo os estereótipos ditos tipicamente femininos em atributos positivos de gestão, usando isso ao seu favor – cuidado, intuição, cautela com riscos, atenção a normas e controles e saber ouvir”, comenta Monique.

Por outro lado, em empresas com pontuação mais baixa no quesito “sustentabilidade”, as iniciativas nesta área são reativas. Isto é, os gestores se preocupam com um posicionamento com base em pressões externas, como exigências do mercado e de órgãos reguladores e riscos à reputação.

## PRESSÃO NO AMBIENTE ORGANIZACIONAL

Em outro estudo, Renata Assis Vieira e Vanessa Martines Cepellos, pesquisadoras da FGV EAESP, constataram que, após a menopausa, executivas de empresas nacionais de diversos segmentos do mercado sofrem com a desvalorização. Essas mulheres enfrentam resistência no ambiente corporativo.

As autoras realizaram 20 entrevistas com mulheres de 40 anos ou mais, que ocupavam cargos de liderança no setor privado. As profissionais consultadas manifestaram preocupação com a aparência, graças à pressão social que sofrem por ocuparem espaços ainda majoritariamente masculinos, onde a imagem de mulheres mais velhas é associada a obsolescência, menor dinamismo e resistência à mudança.

O estudo aponta, contudo, que as empresas podem sair ganhando justamente quando estimulam a formação de equipes intergeracionais, combinando a experiência e o conhecimento dos trabalhadores mais velhos com a facilidade dos mais jovens em compreender e lidar com os avanços tecnológicos, por exemplo.

## AGÊNCIA BORI

é um serviço único que conecta a ciência a jornalistas de todo o País. Na BORI, profissionais de comunicação cadastrados encontram pesquisas científicas inéditas e explicadas, além de materiais de apoio à cobertura jornalística e contatos de cientistas, de todas as partes do Brasil, preparados por nós para atender à imprensa. Acesse [abori.com.br](http://abori.com.br)



# RUMO AO 5G

texto MARCUS LOPES  
ilustração ALBERTO LINS

Em novembro do ano passado, no maior leilão da história do Brasil desde o pré-sal do petróleo, o governo federal, por meio da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), vendeu os lotes de frequência de 5G a investidores interessados em explorar a nova tecnologia no País. Foi um passo decisivo rumo à quinta geração de internet móvel, que promete revolucionar a sociedade mundial em todas as áreas, da Medicina à Economia, passando pela Indústria, pelo Comércio e pelos Serviços (privados e públicos).

O Ministério das Comunicações estima que, nos próximos 20 anos, o 5G gere mais de US\$ 1 trilhão em investimentos diretos e indiretos. De acordo com especialistas, trata-se de uma grande oportunidade para o desenvolvimento nacional, em diversos setores da economia.

“Investimentos muito relevantes serão realizados na infraestrutura de telecom brasileira. Isso significa geração de empregos, impostos e, principalmente, potencial de desenvolvimento econômico e inclusão digital”, explica José Ronaldo Rocha, sócio da EY e líder de consultoria para Tecnologia, Mídia & Entretenimento e Telecomunicações (TMT).

A fim de que o 5G se torne realidade, é necessário implementar o arcabouço necessário para a operacionalização dos serviços. A menos de três meses do início previsto da operação da nova tecnologia no Brasil, porém, dos 5.568 municípios espalhados pelo território nacional, apenas 1% está preparado, sob o aspecto legal, para receber o sinal do 5G. No fim de abril de 2022, apenas 79 cidades contavam com leis atualizadas para a instalação de antenas de transmissão da quinta geração de internet móvel. Os dados são da Associação Brasileira de Infraestrutura para as Teleco-

municações (Abrintel), que acompanha o processo de instalação da infraestrutura necessária para a tecnologia.

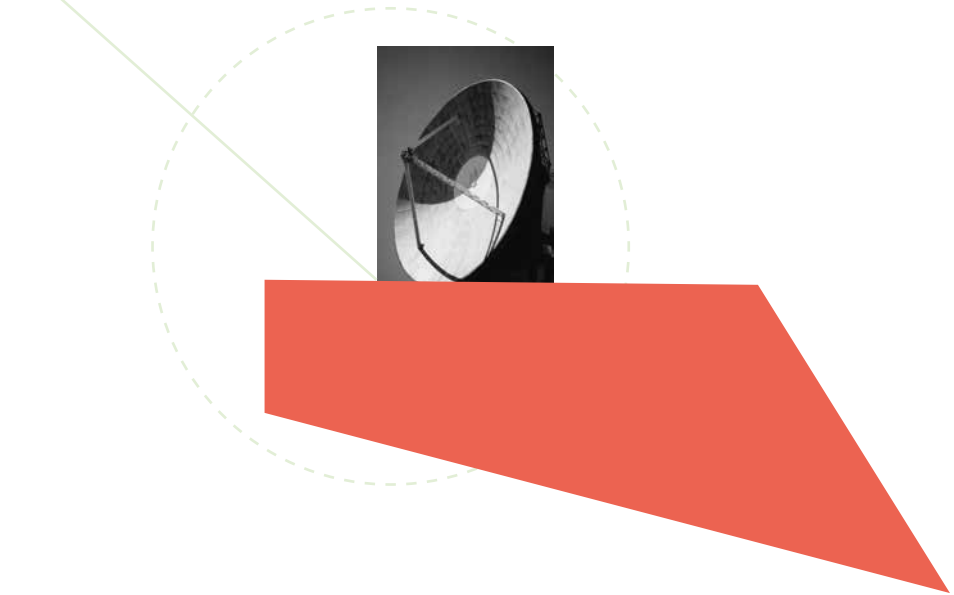
Pelo cronograma estabelecido pela Anatel, a chegada do 5G vai ocorrer de forma gradual ao longo dos próximos oito anos. Os primeiros consumidores a serem atendidos, até 31 de julho deste ano, serão os moradores das capitais dos Estados e do Distrito Federal. O processo nas capitais deve ser concluído até 2024. Em seguida, haverá escalonamento para que os municípios sejam totalmente beneficiados de acordo com a quantidade de habitantes, partindo daqueles com população igual ou superior a 500 mil pessoas, que devem receber o 5G até 2025. O processo deverá ser totalmente concluído até dezembro de 2030, mediante o atendimento a 1,7 mil localidades (distritos), grande parte delas em lugares remotos.

Para que este cronograma seja concretizado, é necessário investir na base adequada para a transmissão da ferramenta. De acordo com os especialistas, a nova tecnologia exige a instalação de cinco a dez vezes mais antenas do que as já existentes. O aumento se justifica pela sofisticação do novo método, como o fato de a velocidade da internet ser cerca de 20 vezes mais rápida do que o 4G, além de as conexões entre as pessoas e os objetos serem muito mais avançadas do que as que atualmente conhecemos.

Outro ponto é a baixa latência – tempo necessário entre o estímulo e a resposta real da rede quando acessamos uma página na web, por exemplo. O 4G tem uma latência de 50 milissegundos, em média, ante 1 milissegundo do 5G, o que torna as conexões muito mais estáveis, seguras e rápidas.

O 5G também permite a conexão entre humanos e aparelhos, a chamada Internet das Coisas (IdC), conhecida pela sigla IoT (do inglês, Internet of Things). Por meio dela, será possível a instalação de objetos inteligentes que vão se comunicar pelos sinais de seus usuários. Será uma opção, por exemplo, programar as compras de acordo com o esvaziamento da geladeira, e as luzes da casa vão se acender conforme as necessidades do proprietário, evitando desperdícios de energia. Cirurgias médicas remotas farão parte do cotidiano dos médicos, ao passo que as cidades deverão ser muito mais seguras e eficientes para os cidadãos.

“O 5G vai permitir a criação de novos modelos de negócios, novas formas de se relacionar com os clientes e, é claro, o surgimento de novos produtos conectados com a IdC, exigindo investimentos das telecomunicações e de outros setores”, diz Marcos Ferrari, presidente-executivo da Conexis Brasil Digital, entidade que reúne as empresas de telecomunicações e de conectividade. “Uma vez que começamos a montar o 5G, nossa expectativa é que os outros setores produtivos também façam os investimentos que permitam usá-lo, como sistema financeiro, telemedi-



cina, educação conectada etc. Se tudo isso ocorrer de maneira prevista, o impacto geral na economia será de aumento da produtividade e do bem-estar da população”, completa Ferrari.

#### DESCOMPASSO LEGISLATIVO

No caso das antenas, cabe aos municípios atualizarem a própria legislação para que as operadoras vencedoras do leilão do 5G possam levar o serviço a todas as capitais a partir de julho, com pelo menos uma antena para cada 100 mil habitantes. Apesar do prazo apertado, até o começo de maio, menos da metade das 27 capitais tinha cumprido os requisitos legais. Apenas 11 delas já haviam modernizado suas leis, tornando-as aptas para receber a nova tecnologia. Dentre elas, São Paulo (SP), Florianópolis (SC), Porto Alegre (RS), Fortaleza (CE), Natal (RN) e Campo Grande (MS), além do Distrito Federal (DF). A capital gaúcha, segundo a Conexis, foi a primeira cidade do País a oferecer a licença na hora para a instalação ou renovação de antenas.

A corrida pela adaptação da infraestrutura, porém, não é uniforme em todo o território. “Em várias cidades há dificuldades por causa de leis desatualizadas. O setor defende que as leis locais estejam adequadas à Lei Geral de Antenas, que prevê um licenciamento simples e rápido, principalmente para antenas de pequeno porte, que serão a maioria das usadas no 5G”, destaca Ferrari. Em Belo Horizonte, por exemplo, até o dia 29 de abril, nenhuma nova lei para acomodar a infraestrutura da capital mineira à nova tecnologia havia sido aprovada ainda pelos vereadores na Câmara Municipal.

Sancionada em 2015 pela ex-presidente Dilma Rousseff, a Lei Geral de Antenas (Lei 13.116/2015) estabelece as normas gerais ao processo de licenciamento, instalação e compartilhamento de infraestrutura de telecomunicações. Os objetivos da lei federal são complementar, simplificar e orientar as legislações estaduais e municipais em relação ao tema, servindo de parâmetro para as autoridades locais em todo o Brasil.

“A operação de redes de telecomunicações demanda a existência de estrutura de suporte, como torres, postes e dutos, nos

quais serão instalados os equipamentos. A implantação de tudo isso depende das regras definidas pelo Poder Público municipal, que podem envolver requerimentos administrativos, análise de questões urbanísticas e de meio ambiente, entre outros elementos”, explica a Anatel, por meio da assessoria de imprensa.

De acordo com a agência, responsável pela regulação do setor de telecomunicações no País, os papéis do governo federal na instalação do 5G se constituem em estabelecer a política pública, disponibilizar as autorizações de uso de radiofrequências e definir os compromissos de investimentos que deverão ser executados pelas prestadoras de serviços. As prefeituras, por sua vez, têm a função de contribuir para as regras de ocupação do solo, a fim de favorecer a instalação de torres, postes e cabos. Às operadoras de telecomunicações, cabe cumprir as regras estabelecidas nos contratos e atender aos compromissos de investimentos fixados, além de oferecer o serviço à população.

#### GESTÃO DA INFRAESTRUTURA

A despeito de as antenas do 5G serem mais compactas e poderem ficar no alto de prédios e postes de iluminação pública, exige-se um número maior de pontos, porque as ondas de transmissão são mais curtas do que as do 4G e do 3G. “As infraestruturas de pequeno porte deverão ser instaladas em topos e fachadas de edificações e no mobiliário urbano. Estes pontos alternativos não estão previstos nas leis de antenas mais antigas, originadas na época do 2G ou do 3G, cujas antenas eram instaladas apenas nas grandes torres”, explica Luciano Stutz, presidente da Abrintel. “Logo, o município que quiser receber o 5G em sua plenitude precisa rever suas leis municipais para viabilizar os investimentos na nova tecnologia”, completa Stutz.

## “A MAIORIA DAS CIDADES AINDA TEM TEMPO, MAS É NECESSÁRIO LEMBRAR QUE A ATUALIZAÇÃO DE UMA LEI LEVA, EM ALGUNS CASOS, ANOS PARA SER CONCRETIZADA.”

LUCIANO STUTZ, presidente da Associação Brasileira de Infraestrutura para as Telecomunicações (Abrintel)

Segundo o presidente da Abrintel, como a instalação do 5G será feita de maneira gradual nos próximos anos, os municípios que ainda precisarem atualizar a legislação não estão necessariamente atrasados, mas é bom agilizar o processo para evitar problemas quando chegar a vez de receber o sinal. “A maioria ainda tem tempo, mas é necessário lembrar que a atualização de uma lei leva, em alguns casos, anos para ser concretizada, motivo pelo qual já orientamos que todas as cidades comecem os debates em torno deste tema o mais rápido possível”, alerta Stutz.

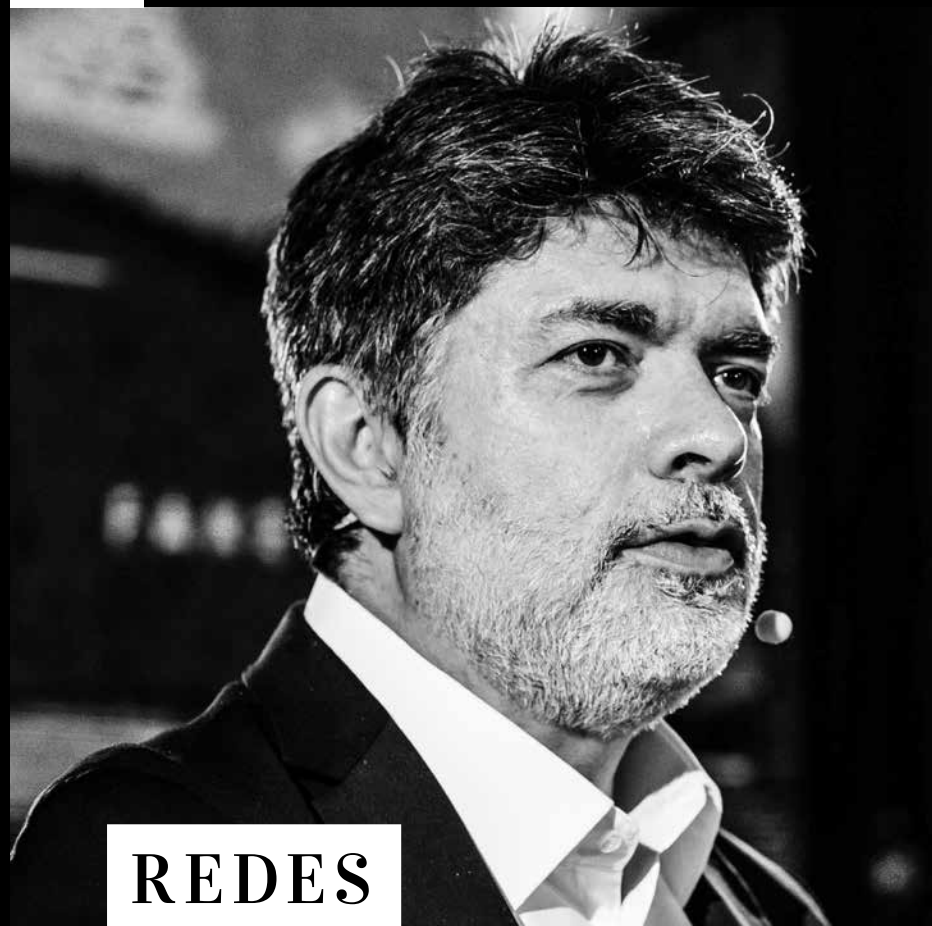
Opinião semelhante tem o diretor de Engenharia da TIM Brasil, Homero Salum. “Evidentemente que um contexto legislativo propício para a instalação de novas antenas é, de fato, fundamental para a evolução do 5G, mas acreditamos que tudo caminhará em conjunto com o cronograma estabelecido pela Anatel”, diz Salum. Segundo ele, a empresa, uma das vencedoras no leilão realizado pelo governo federal, já está preparada para trabalhar com a nova tecnologia.

“Já temos tudo pronto para iniciar a operação em todas as capitais tão logo o governo libere as frequências de 5G para uso. Fizemos muitos testes e projetos-piloto, desde 2019, no Rio de Janeiro e em São Paulo, e com o agronegócio, em Rondonópolis, no Mato Grosso, e em Baixa Grande do Ribeiro, no Piauí”, cita o diretor da TIM, ao lembrar

que a covid-19 acelerou a necessidade por serviços digitais em praticamente todos os setores: “A sociedade se digitalizou como nunca na pandemia, e descobrimos, ou passamos a utilizar ainda mais, serviços como compras online, ensino a distância, Internet Banking e telemedicina, entre outros”, afirma Salum. “Isso tudo vai se acentuar com o 5G, que vai proporcionar outros avanços, como cidades e residências inteligentes”, diz.

Além da atualização da lei, representantes do segmento apontam outros desafios para o sucesso e a expansão do 5G no Brasil. Dentre eles, a necessidade da Reforma Tributária, discussão que se arrasta há anos no Congresso Nacional. “O setor [de telecomunicações] é duas vezes mais tributado do que a economia como um todo, e a população brasileira paga uma das maiores cargas tributárias do mundo, sendo que os impostos sobre o consumo elevam a conta de milhões de consumidores em quase 50%”, afirma Ferrari.

A modernização tecnológica também depende de mais segurança nas cidades brasileiras. Segundo o presidente da Conexis, alguns dos grandes problemas enfrentados pelas empresas são o furto, o roubo e o vandalismo contra cabos e equipamentos. Só no ano passado, segundo dados da entidade, foram roubados mais de 4 milhões de metros de cabos de telecom em todo o País. “Além do prejuízo para o consumidor, que fica sem acesso a serviços de internet, telefonia e TV por assinatura, estas ações geram prejuízos às empresas. São recursos que poderiam ser investidos para expansão da rede, e não para repor equipamentos”, finaliza Ferrari.



## REDES

## POLARIZADAS

As estratégias digitais dos candidatos líderes nas pesquisas têm lógicas distintas. Para o especialista Manoel Fernandes, sócio-diretor da consultoria de dados Bites, Lula não tem apoio virtual suficiente para ampliar o alcance de suas mensagens nas redes. Bolsonaro, ao contrário, não apenas tem essa retaguarda, como aposta em uma narrativa descentralizada. Confira os principais trechos da entrevista dada ao podcast da PB

texto VINÍCIUS MENDES | foto CHRISTIAN PARENTE

O apoio à candidatura de Lula fora das redes, especialmente por artistas, se reflete nos resultados digitais da candidatura dele?

É preciso entender que audiência não significa relevância. O caso da Pablo Vittar no Lollapalooza é significativo [a cantora ergueu uma bandeira do ex-presidente durante sua apresentação no festival, no fim de março]: quem tem afinidade com ela, e a segue nas redes sociais, claramente tem também uma afinidade com a candidatura do PT. Neste sentido, o que aconteceu ali foi uma pregação para convertidos. Leve em conta ainda que era um festival de jovens – que, na sua maioria, estão mais próximos de bandeiras igualitárias e democráticas, como a diversidade e a questão LGBTQIA+, por exemplo. Em outras palavras, a manifestação dela não saiu da bolha de quem já irá votar em Lula.

É possível romper esta dinâmica?

A pergunta que ainda precisamos responder é: quem são os influenciadores de centro? Sabemos os que estão alinhados às agendas de Lula e Bolsonaro. Eles estão pregando para os convertidos. Mas quem está influenciando o centro? Quem está distribuindo as mensagens que esse grupo da sociedade demanda? É interessante, por exemplo, o fato de não haver uma Pablo Vittar nesse centro. O que há é um monte de gente que, uma vez reunida, consegue ter a dimensão que a Pablo tem sozinha nas redes. Estamos montando um painel com eles, mas ainda estamos na fase de testes – e perto de ter uma resposta.

Nesta disputa pelas redes sociais, há alguma diferença marcante entre os dois principais candidatos?

Lula está usando bem as redes sociais, mas ele não tem o que o professor Paulo Delgado [sociólogo e copresidente do Conselho de Economia Empresarial e Política da FecomercioSP] chama de “guarda pretoriana”, que ajudaria o ex-presidente a dar mais amplitude às mensagens dentro das redes. Bolsonaro, ao contrário, tem essa guarda à sua disposição. Isso significa, sobretudo, que Lula precisa digitalizar o apoio político que costurou com Geraldo Alckmin. Isso ainda não aconteceu. Quando (e se) acontecer, então será possível sair da bolha lulista e alcançar um espectro ainda mais favorável.

É que Lula já criou a sua narrativa para o mundo offline: ele se movimentou, assim como em 2002, e se aliou a um vice-presidente conservador. Agora, é necessário digitalizar essa aliança. Para fazer isso, ele precisará saber qual narrativa usar no mundo digital, ou seja, tentar dizer o quão importante é para ele se aliar ao ex-governador, de forma que consiga sair da sua bolha e chegar aos eleitores do Alckmin. Os conservadores do Nordeste e do Norte ainda não entenderam como vai ser a dinâmica desta chapa, por exemplo.

O que explica a continuidade do sucesso significativo de Bolsonaro nas redes (como o fato de ser o segundo político mais seguido do mundo no Telegram)?

Independentemente do resultado da eleição, Bolsonaro deixará uma herança ao País, uma vez que ele descobriu e reuniu os conservadores brasileiros em torno de uma agenda. Digo “conservadores” pensando não em extremistas, mas nas pessoas que têm um conjunto de crenças sociais e econômicas tradicionalistas e que, assim, se agruparam em torno do presidente em 2018. Ao longo destes anos, este grupo adotou uma postura pragmática com ele. É por isso que os 30% de eleitores que dizem aprovar seu governo nas pesquisas não são necessariamente pessoas que têm uma aderência total à agenda do presidente. É uma tolice pensar isso. Estas pessoas vão desde aqueles que concordam com a visão do presidente em relação ao mundo até aquelas que conseguem se sentar com outras e conversar sobre política sem brigar. A questão é que estes conservadores entendem que o Bolsonaro é a única opção. O bolsonarismo é um subgrupo pequeno dentro do conservadorismo brasileiro. Sendo assim, a estratégia de Bolsonaro é justamente não ter controle, ser apenas parte do processo. Ele entendeu muito rápido que, se tentasse controlar as narrativas no mundo digital, não teria o sucesso que teve. É por isso que defende exatamente o contrário, que tudo deve ser liberado. Esta postura difere totalmente da essência da oposição, que quer ter o controle da narrativa. Na internet, isso chega a ser improdutivo. É preciso injetar informações e ser parte do processo. A lógica bolsonarista é completamente descentralizada: cada um é seu próprio hub de informações. A oposição quer ser o hub central e, com isso, não consegue fazer com que a sua informação se amplie e ganhe repercussão. Quando o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) tentam criar controles e retenção das *big techs*, por

exemplo, este modelo estrutural bolsonarista é atingido no coração, já que almeja justamente não ter controle. Para este método, a rede precisa ter total liberdade para espalhar tudo o que quiser sem nenhum freio. A própria informação não reconhece barreiras e, no limite, sempre encontra caminhos para vazar. Às vezes, isso acontece em redes sociais que não estamos vendo, e nos surpreendemos com elas lá na frente.

O que as redes sociais mostram sobre as possibilidades de Sergio Moro como candidato?

Mostram que ele tem um limite. Para superar este limite, ele precisa ir além da linha do discurso de combate à corrupção. Moro não conseguiu fazer esta tradução para a campanha – dizer, por exemplo, que a estrutura corrupta do Brasil impede que a educação e a saúde sejam melhores. Pelo contrário: permaneceu focado na questão da criminalização dos corruptos, o tema da eleição de 2018. Ele só conseguiria mudar de patamar se fosse além desta visão.

O ano passado registrou quase três agressões por minuto contra jornalistas nas redes. Sua análise é de que isso vai crescer em 2022. Por quê?

Aconteceu em 2019 e em 2020, foi menor no ano passado e voltará a crescer agora. É que, no contexto da eleição, a imprensa vai se posicionar. Quando isso acontecer, os dois lados da polarização vão reagir. O que muda é o meio. Os bolsonaristas são virulentos, atacam os jornalistas no nível pessoal. É o modelo que criaram para se contraporem às narrativas dos jornais. A oposição, apesar de manter uma relação difícil com a mídia, é mais respeitosa, estabelecendo uma discussão no nível ideológico. É importante realçar esta diferença.

Até que ponto os veículos de imprensa se valem das dinâmicas das redes para produzir suas pautas?

Não deveria, mas estas dinâmicas influenciam alguns aspectos. Os veículos de imprensa escrevem reportagens que consideram corretas e, quando atacados, reagem colocando os jornalistas para investigar ainda mais. É uma espécie de incentivo para que os jornais continuem atuando dentro daquela agenda.

Ouçá outros trechos da entrevista no podcast da PB



&

# COMO MENSURAR A REPUTAÇÃO DO PAÍS

A projeção internacional do Brasil, a inserção do País como um ator relevante na política global e a busca por prestígio e admiração do resto do mundo são elementos fundamentais e históricos da política externa nacional. Apesar de a construção deste *soft power* sempre ter sido muito presente na narrativa de nossa ascensão no início deste século, desde antes mesmo da Independência já havia movimentações para tentar atrair a atenção das outras nações na tentativa de criar uma reputação positiva para o Brasil.

A despeito da crença neste projeto de “país do futuro” e de uma confiança na admiração e no respeito externos, não existe evidência de que o Brasil seja uma potência de *soft power*, conforme analisado pelo diplomata Hayle Gadelha, em artigo publicado no site da Revista **PB**<sup>1</sup>. Pelo contrário: índices que medem imagem mostram o País entre os 30 mais admirados do mundo, enquanto que nas avaliações de poder bruto – militar, econômico, populacional, territorial etc. –, a Nação se aproxima dos dez mais fortes. O Brasil é mais poderoso do que admirado, portanto.

A contradição revela problemas na autoimagem nacional e no projeto de construção de um papel internacional para si, assim como também é fruto de sérias discussões acadêmicas sobre metodologias de estudo. Analisar a imagem de uma nação é um desafio complexo. Por mais que haja mais de uma dezena de trabalhos deste tipo por todo o mundo, avaliando percepções de rankings globais, não existe um consenso sobre a melhor forma de desenvolver este tipo de análise. Um problema sério nesses estudos é que quase todos se baseiam em uma visão de mundo Oci-

dental (norte-americana e europeia), além de estabelecerem critérios com base no que essas nações poderosas acreditam ser mais importante. Isso não diminui a importância de entender como somos vistos no exterior, mas cria a necessidade de desenvolver a capacidade de fazer uma leitura própria sobre o status aos olhares de fora.

Uma forma de fazer isso é estabelecer uma metodologia bem embasada de monitorar e avaliar como o Brasil é descrito na mídia estrangeira. É isto que tenta fazer o novo Índice de Interesse Internacional (iii-Brasil<sup>2</sup>), desenvolvido pelo portal Interesse Nacional e coordenado pelo embaixador Rubens Barbosa (do qual sou coautor).

O indicador é atualizado semanalmente, mostrando a qualidade da percepção do País com base na coleta de dados sobre notícias que mencionam o Brasil em sete publicações internacionais de grande relevância: *The Guardian* (Reino Unido), *The New York Times* (Estados Unidos), *El País* (Espanha), *Le Monde* (França), *Clarín* (Argentina), *Público* (Portugal) e *China Daily* (China).

No primeiro mês, o monitoramento de notícias sobre o Brasil registrou 114 menções de destaque nas publicações. Deste total, a maioria (45%) tinha uma abordagem neutra, com descrições factuais e sem juízos de valor. Pouco mais de um terço das menções (37%) tinha tom negativo e expunha deficiências ou fazia críticas. E apenas 18% da cobertura coletada, nas primeiras semanas do índice, tinham teor positivo sobre o País. Isso mostra que a reputação não está realmente em um bom momento.

Analisar a imprensa estrangeira é fundamental, uma vez que a mídia é vitrine e espelho, ajudando a consolidar o que se pensa sobre o Brasil no resto do mundo. Avaliar este retrato permite entender o lugar que outros países veem ser ocupado pela Nação nas relações globais e desenhar estratégias para sua melhor inserção internacional.

<sup>1</sup> <https://revistapb.com.br/artigos/era-uma-vez-o-pais-do-futuro/>

<sup>2</sup> <https://interessenacional.com.br/edicoes-posts/entenda-como-funciona-o-indice-de-interesse-internacional-monitoramento-de-noticias-sobre-o-brasil-no-exterior/>

&



Todos os tempos  
e movimentos  
do seu evento.

Qual evento você vai realizar?

Uma festa, uma feira, uma convenção, um seminário, um congresso ou uma coletiva? Poucos convidados ou muitos participantes? Uma grande área ou um ambiente mais reservado?

No Centro Fecomercio de Eventos (CFE), você encontra os espaços e os custos que se adaptam às suas necessidades, além da infraestrutura completa para encontros presenciais, virtuais e híbridos, tudo localizado numa região estratégica: perto do Masp e da Avenida Paulista.

Quer saber mais? Use o código QR e fale com a gente.

CENTRO  
FECOMERCIO  
DE  
EVENTOS





# A CIÊNCIA SOB SUSPEITA

texto VINÍCIUS MENDES

Há alguns anos, quando o alarme do aquecimento global soou sobre o mundo, uma breve passagem do psicólogo americano Leon Festinger irrompeu no debate público dos Estados Unidos. Parecia resumir, sobretudo, uma das perspectivas de um debate que separava alarmados e negacionistas. Diz que “um homem com uma convicção é um homem difícil de convencer” e, então, o define: “Diga a ele que você discorda, e ele se afasta. Mostre a ele fatos ou figuras, e ele questionará suas fontes. Apele à lógica e, mesmo assim, ele não enxergará seu ponto de vista”.

Em meio à crise da covid-19, que está perto de matar 1 milhão de estadunidenses, a conclusão de Festinger se tornou ainda mais lembrada no país – agora, para dar conta de uma multidão de descrentes no uso das máscaras, nas medidas de isolamento e, principalmente, na vacina contra a doença, assim como no Brasil. E, embora caiba bem aos contextos, pouca gente notou que esta conclusão não é nova: aparece, na verdade, em *A Theory of Cognitive Dissonance*, obra-prima de Festinger publicada em 1957, após quase uma década em que o autor passou estudando um pequeno grupo de Chicago que acreditava manter contatos frequentes com alienígenas.

A grande novidade, então, não são as afirmações do psicólogo, mas justamente as circunstâncias nas quais, tanto tempo depois, tais alegações ainda têm fôlego para explicar o presente. Ou melhor, como fazem uma pergunta sensível aos dias atuais: por que, mais de meia década depois, este homem inconcensível, mesmo quando colocado diante de evidências concretas, ainda persiste plantando descrenças em meio ao debate público? Ou, em suma: por que ainda há tanta desconfiança sobre o conhecimento objetivo produzido pela ciência e pelas instituições de pesquisa? As respostas variam.

## FRONTEIRAS

Paulo Nussenzweig, pró-reitor de Pesquisa da Universidade de São Paulo (USP) e professor do Instituto de Física da mesma instituição, por exemplo, responde que as pesquisas foram ficando mais complexas e, por consequência, mais apartadas da sociedade, embora tenham atravessado este processo fornecendo explicações cada vez mais contundentes sobre a realidade. “Muitas pessoas se sentem assim agora porque não participam mais das discussões sobre os problemas gerais. São elas que passam a disseminar o discurso de que os especialistas são, na verdade, espécies de ‘pregadores’ que enganam a população”, observa.

Contudo, não é apenas isso. Para Nussenzweig, que tem uma coluna quinzenal sobre o assunto na Rádio USP, a resposta está mais nas dinâmicas dos cientistas do que nas da ciência, os quais tendem a legitimar os trabalhos dos seus colegas não pelos processos utilizados, mas apenas pelos resultados obtidos. Em outras palavras, valorizam-se as conclusões, e não os meios que lhes deram origem. “É por isso que, mais importante do que o resultado, a ciência deve observar com cuidado todas as diferenças inerentes ao processo de se produzir conhecimento”, argumenta o professor. “Quando a divulgação científica não faz esta ênfase corretamente, abre caminho para pseudociências e para fraudes dentro da própria ciência.”

Este desafio recai sobre profissionais como a neurocientista Mellanie Fontes-Dutra, que leciona na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e se notabilizou nas redes sociais como uma das divulgadoras mais relevantes de dados sobre a covid-19. Até meados de 2020, sua conta no Twitter tinha cerca de 2 mil seguidores – número que está perto dos 80 mil hoje. “A pandemia obrigou que os pesquisadores aparecessem mais na mídia e se esforçassem em explicar os fenômenos de formas mais compreensíveis para a população”, diz. A dificuldade, para ela, está em aliar a rigidez que a ciência necessita com uma comunicação mais clara que o público demanda. “Esta é a grande questão de qualquer divulgador científico.”

Mellanie interpreta que a desconfiança nas pesquisas científicas se explica, em grande medida, pela falta de conhecimento das pessoas a respeito de ciência. “Há uma distância entre os cientistas e o povo. No geral, as pessoas não sa-

bem o que eles fazem, como as pesquisas funcionam, como os métodos são empregados”, enumera a neurocientista. “Ao mesmo tempo que houve este afastamento, as práticas que oferecem retornos rápidos, explicações mais fáceis sobre o mundo, como pseudociências, foram encontrando espaço para se aproximarem.”

NEGACIONISMO À ESPREITA

Uma das cientistas mais conhecidas no Brasil em meio à pandemia de covid-19 é Natalia Pasternak, microbiologista e presidente do Instituto Questão de Ciência (ICQ), que aponta outro fator desta crise: ao contrário do começo do século passado, quando uma ciência ainda em formação nutria desconfianças pelos seus equívocos, hoje, ela é muito mais bem estruturada para ainda conviver com negacionistas. “De lá para cá, o aprendizado veio nas formas de construção do conhecimento e da sociedade. A realidade atual, porém, nos mostra que mantê-las vivas é frágil”, afirmou ela, em debate recente promovido pelo *Nexo Jornal* com a historiadora Lília Schwarcz.

Na percepção da cientista, o fenômeno diz mais respeito ao que acontece das portas das universidades e dos laboratórios de pesquisa para fora. “É um negacionismo que vem embebido de outro: o social. Uma volta ao que tivemos de ruim do passado, e não ao que aprendemos dele.”

O Brasil de hoje é um dos lugares onde há mais descrédito sobre o que os estudos científicos dizem. Em 2020, quando o Pew Research Center, um dos principais institutos de pesquisas do mundo, saiu por 20 países diferentes perguntando às pessoas o quanto elas confiavam nas afirmações fornecidas pelos seus cientistas, um terço dos brasileiros (36%) respondeu que não acreditava neles. Foi, de longe, o lugar que teve mais gente respondendo negativamente à questão, seguido pela Malásia (31%).

Por outro lado, 23% dos entrevistados no Brasil afirmaram confiar muito nos seus pesquisadores – mesma porcentagem de países como Japão e Polônia. Este número foi muito maior em países como Índia (59%), Austrália e Espanha (ambos com 48%).

Esta realidade já era conhecida de estudos anteriores, como a que o Instituto Gallup fez ao lado do Wellcome Global Monitor, em 2018. À época, 23% dos brasileiros eram céticos quanto aos resultados da ciência. A média global desta percepção foi de 7%. No fim do ano passado, as duas instituições publicaram uma pesquisa semelhante mostrando como o mundo tem ido na contramão deste comportamento: de 2018 para cá, o número de pessoas ao redor do globo que dizem confiar plenamente na ciência cresceu de 34% para 43%.

Na avaliação de Nussenzveig, números como esses mostram uma relação complexa entre o contexto da pandemia e a ascensão do bolsonarismo. “A covid-19 exacerbou a exclusão das pessoas dos debates sobre os problemas gerais, mas ela veio após surgimento das *fake news* e do próprio negacionismo, que aconteceu a partir de 2016”, explica. “Já o bolsonarismo é um movimento aberto à ignorância. No seu bojo está a postura de apresentar soluções simples e equivocadas

para problemas complexos. No entanto, este comportamento ganha força quando a identificação de grupo se torna mais importante do que as análises objetivas.”

DESCRÉDITO DOS INSTITUTOS

A desconfiança geral na ciência se expressa com mais clareza na recepção às pesquisas de mercado ou de opinião produzidas por institutos. Para os profissionais do setor, isso acontece porque as análises produzidas estão mais suscetíveis à prova da realidade – o caso das pesquisas de intenção de voto, por exemplo – e porque se trata de estudos científicos mais próximos do cotidiano, já que ocupam espaços maiores e mais frequentes na mídia.

“O problema central é de interlocução”, define Breno Barlach, diretor de Inovação e Pesquisa do instituto Plano CDE, especializado em estudos sobre classes populares. Barlach constrói um argumento baseado em quem serve como fonte dos dados sobre a realidade: de um lado, a população tende a comparar os resultados amplos das pesquisas com suas experiências diárias – e nem sempre encontram uma correlação positiva. São, assim, informações abstratas. De outro, a demanda por estes dados passou a ser cada vez mais suprida por outras pessoas próximas em redes sociais e aplicativos de mensagens. Essas pessoas, ao contrário, fornecem uma confiança subjetiva que está no pano de fundo de cada informação compartilhada.

Assim, enquanto os números gerais podem apresentar uma melhora na economia do País, por exemplo, a mudança nem sempre se reflete no dia a dia da população. Este já é um motivo definitivo para desconfiar das pesquisas. Então, quando alguém do círculo mais próximo compartilha alguma informação – muitas vezes contrária às análises dos institutos –, completa-se o ciclo de descrédito. “O fato é que dados em carne e osso são mais reconhecidos e confiáveis para a sociedade do que informações abstratas fornecidas pela ciência ou que apareçam nos jornais”, comenta Barlach.

E se todo este cenário já era um desafio para os produtores de dados no Brasil, a pandemia trouxe outro mais profundo: a ascensão das *fake news*. “Muitas informações compartilhadas por pessoas próximas carregam um certo verniz de ciência, uma referência, um dado paralelo, até como forma de parecerem verdadeiras. Uma comunicação intencional de mentiras que ganhou lastro”, explica o diretor do Plano CDE. O próprio bolsonarismo, de alguma forma, nasceu também desta desconfiança geral. Desta forma, segundo Barlach, o presidente da República atua para reforçar o fenômeno, “à medida que se vale da desconfiança sobre as informações abstratas produzidas pelos institutos, enraizada na população, para gerar mais confusão”.

CONFIANÇA ABALADA

Curiosamente, há poucos levantamentos para medir a confiança do público nas próprias pesquisas, mas alguns números podem ajudar a se aproximar do cenário. O Datafolha, por exemplo, tem uma série histórica sobre confiança em

diferentes instituições – dentre elas, a imprensa, que serve como uma espécie de divulgadora científica para a maioria dos brasileiros. Na última bateria, de setembro do ano passado, a maior parte dos entrevistados (39%) disse não dar muito crédito aos veículos de comunicação. Juntando com os outros 22% que afirmaram não confiar absolutamente nada neles, chega-se a um universo de 61% de pessoas desconfiadas. Esta postura é relativamente mais presente entre jovens adultos (25 a 34 anos) e entre pessoas com ensino superior.

Nos Estados Unidos, um instituto foi mais direto: perguntou às pessoas se elas acreditavam, de fato, nas pesquisas de opinião. Descobriu-se que a maioria delas (52%) tinha dúvidas sobre a veracidade dos dados fornecidos por estas entidades. Um resultado, de alguma forma, esperado, já que dois anos antes, durante a corrida pela cadeira presidencial do país, muitos estudos tinham cravado que a democrata Hillary Clinton seria eleita para o cargo. No fim, apesar de ser mais votada pela população (48,2% contra 46,1%), a candidata perdeu nos colégios eleitorais para o republicano Donald Trump.

O professor Paulo Guimarães, que leciona Estatística na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e dirige o Instituto Guimarães, observa que as pesquisas estão sempre sujeitas às preferências do público. Assim, quando os dados que os institutos produzem vão de encontro ao que as pessoas acreditam, a primeira reação delas é desacreditá-los. A forma como fazem isso é que varia: “O questionamento comum é sobre a amostra, afinal, ‘como um instituto pode entrevistar 2 mil pessoas e fazer uma afirmação sobre um país de mais de 200 milhões de habitantes?’”, destaca. “Outro argumento é que o sorteio dos entrevistados na pesquisa pode acabar privilegiando mais uma opinião do que outra – o que a probabilidade mostra que não é possível também.”

Guimarães, no entanto, relata como a incredulidade afetou de forma prática os institutos ao longo dos últimos anos. “No início, fazíamos um desenho amostral para entrevistar algumas casas em uma rua. Pelo projeto, se uma delas negasse, batíamos na porta da casa vizinha. Entretanto, começamos a conviver com muitas recusas, que prejudicavam as pesquisas”, conta. Quando o presidente [*Bolsonaro*] passou a plantar dúvidas sobre o funcionamento das urnas eletrônicas, este sentimento geral se aprofundou. “Ele desqualificou o processo, a metodolo-

“HÁ UMA DISTÂNCIA ENTRE OS CIENTISTAS E A POPULAÇÃO. NO GERAL, AS PESSOAS NÃO SABEM O QUE ELES FAZEM, COMO AS PESQUISAS FUNCIONAM, COMO OS MÉTODOS SÃO EMPREGADOS.”

MELLANIE FONTES-DUTRA, neurocientista e professora na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos)

gia, apontando uma possível fraude. Isso levou o ceticismo geral para outro patamar.”

Diante de tantos pontos de desencontro, as soluções parecem ser mais homogêneas. Uma delas é, sem dúvida, construir pontes mais amplas entre os resultados das pesquisas e das análises científicas e a população em geral. “Os institutos falham quando não mostram as nuances dos dados que produzem. Há uma dificuldade em compreendê-los que, no fim, faz com que as pessoas desconfiem”, salienta Breno Barlach. “A comunicação científica, ainda mais quando intermediada por jornalistas, precisa dar mais valor ao diferencial da ciência, que é o processo”, opina Paulo Nussenzveig, da USP. Já no caso das pesquisas eleitorais, Paulo Guimarães acredita que a solução passa não apenas por uma melhor compreensão estatística dos intermediadores, mas também por quem toma decisões, como os juízes eleitorais. “Falta entendimento desses processos, como o da margem de erro, por exemplo”, afirma o professor.

Tudo isso para lidar com uma questão humana que atua como pano de fundo das conclusões de Leon Festinger – e que é objeto de estudo até hoje por psicólogos e neurocientistas: quando há crenças preexistentes, nem mesmo as evidências mais concretas da realidade são totalmente capazes de mudar as formas como esta é percebida.

&

# O "CALA A BOCA" QUE NÃO QUER MORRER

**MORDAÇA – HISTÓRIAS DE MÚSICA E CENSURA  
EM TEMPOS AUTORITÁRIOS**  
(SONORA EDIÇÕES; 336 PÁGS.), DE JOÃO PIMENTEL E ZÉ MCGILL  
ILUSTRAÇÕES DE ZIRALDO

Escrito com base em depoimentos exclusivos de alguns dos  
nomes mais importantes da cultura brasileira, os quais foram  
colhidos pelos autores entre 2018 e 2021, livro, recheado de  
casos marcantes, traça um registro amplo sobre o embate  
entre música e censura, arte e autoritarismo, no Brasil.

texto HERBERT CARVALHO

Um olhar sobre a resistência de artistas perse-  
guidos e silenciados durante os Anos de Chum-  
bo e, ao mesmo tempo, um alerta para o perigo  
de retrocesso a este passado tenebroso. Assim  
pode ser descrito *Mordaça – histórias de música  
e censura em tempos autoritários* (Sonora Edi-  
ções). “Aquela gente detestava a palavra, tinha  
ódio da poesia, da inteligência, da discussão... E  
ainda tem”, sublinha, na obra, o cantor e com-  
positor Alceu Valença.

O resgate histórico-musical dos jornalistas e  
escritores João Pimentel e Zé McGill, a partir de  
29 depoimentos exclusivos colhidos entre 2018  
e 2021, mostra os casos notórios de Chico Buar-  
que, Caetano Veloso e Gilberto Gil – que, além de  
censurados, foram presos, ameaçados e tiveram  
que sair do País –, ao lado de outros artistas não  
considerados “subversivos”, mas que também  
incomodaram por “atentarem contra a moral  
e os bons costumes”. No prefácio “A escravidão  
das ideias”, do também jornalista e escritor Sér-  
gio Augusto, e na apresentação dos autores, a  
censura em outras épocas é lembrada, como  
no Estado Novo, regime ditatorial de Getúlio  
Vargas, entre 1937 e 1945.

A obra recupera, além de fotos da época, do-  
cumentos originais e letras datilografadas com  
os veredictos de interdição ou mutilação decre-  
tados pelos censores. A imagem da capa é uma  
charge de Ziraldo, produzida originalmente  
para um cartaz usado em passeata contra a cen-  
sura, na cidade do Rio de Janeiro, em 1968.

O primeiro personagem a ter voz para con-  
tar sua versão destas batalhas travadas entre a  
truculência e a criatividade é um dos poucos a  
não exercer atividade artística como profissão.  
João Carlos Muller (1940-2021), como integrante  
do departamento jurídico da gravadora Philips  
(que, mais tarde, se tornaria PolyGram) nas dé-  
cadas de 1960 e 1970, era o encarregado de ne-  
gociar com os censores a liberação de músicas  
como *Cálice*, de Chico Buarque e Gilberto Gil, que  
se valia de metáforas e ambiguidades (cálice/ca-  
le-se) para denunciar a opressão. Seu relato sobre  
o contato direto mantido com o general Antônio  
Bandeira, diretor do Departamento Federal de  
Segurança Pública, ilustra o ambiente de máxi-  
ma tensão da época. “Quando entrei na sala, ele  
foi se sentar e abriu o paletó, mostrando um tra-  
buco”, recorda Muller. Vítima de covid-19 aos 80

anos, a obra é também dedicada à sua memória.  
Instituída pelo AI-5 em 13 de dezembro de  
1968, a censura visava, em primeiro momento,  
a banir composições engajadas ou de protes-  
to, como *Pra não dizer que não falei das flores*,  
apresentada por Geraldo Vandré no Festival  
Internacional da Canção daquele ano – e logo  
transformada num dos mais célebres hinos  
contra a ditadura militar brasileira. No início,  
a tarefa foi exercida por censores improvisa-  
dos, sem qualificação para a função, como Au-  
gusto da Costa, ex-zagueiro do Vasco da Gama  
e da Seleção Brasileira.



## PERSEGUIDOS

*Histórias narradas com uma  
linguagem leve demonstram  
como artistas foram silenciados  
e como fizeram para burlar os  
absurdos impostos pela censura*

Nessa fase, as ações eram descontraídas.  
*Zanzibar*, de Edu Lobo, não tinha letra, mas foi  
proibida assim mesmo por causa do nome, re-  
ferência a algum quilombo revolucionário na  
paranoia dos censores – que, ao mesmo tempo,  
cochilaram na célebre *Apesar de você*. Quando  
acharam que o “você” da estrofe seria o então pre-  
sidente Médici, os militares invadiram a fábrica  
da Philips/PolyGram e destruíram todas as có-  
pias do disco. Contudo, o samba já estava na boca  
do povo, transformando o autor, Chico Buarque,  
no alvo número 1 dali por diante. Nada de Chico

escapava, ao ponto de ele recorrer ao pseudônimo  
de *Julinho da Adelaide* para conseguir gravar.

Organizada na década de 1970, a Divisão de  
Censura de Diversões Públicas (DCDP) da Polí-  
cia Federal passou a operar como um dos pila-  
res do regime, com mais de 200 censores. A sa-  
nha proibitória pôs fim à era dos festivais, que  
atingira o auge na década anterior: em 1971,  
um manifesto contra a censura é assinado  
por 40 compositores que, em sinal de protes-  
to, abandonam o VI Festival Internacional da  
Canção. Alguns são presos em seguida, como  
Marcos Valle e Egberto Gismonti.

Outro momento de resistência coletiva dos  
artistas foi em 1973, no 25º aniversário da De-  
claração Universal dos Direitos Humanos. Para  
marcar a efeméride, um show foi realizado pelo  
compositor Jards Macalé, no Museu de Arte Mo-  
derna do Rio de Janeiro (MAM Rio). Cerca de 4 mil  
pessoas vibravam enquanto o representante da  
ONU lia os principais artigos da declaração, inter-  
calados entre as apresentações dos principais no-  
mes da música popular brasileira. A captação do  
show resultou no álbum *Banquete dos mendigos*,  
testemunho da coragem de quem dele participou.

Após a revogação do AI-5, em 1979, entra em  
campo a lendária figura de Solange Hernandez,  
chefe do DCDP entre 1981 e 1984, censora impla-  
cável, responsável pela interdição de mais de 2,5  
mil músicas. Advogada e historiadora formada  
pela Universidade de São Paulo (USP), *Tesouri-  
nha* (como era conhecida) implicava particular-  
mente com roqueiros, como Evandro Mesquita,  
líder da banda Blitz, e Leo Jaime, que dedicou a  
ela uma canção finalizada por um apelo: “Para  
de me censurar, Solange”.

Dois depoimentos são emblemáticos dos ab-  
surdos: Odair José, rotulado de alienado e brega  
pela elite intelectual, foi um dos mais censura-  
dos por causa de gravações como *Vou tirar você  
desse lugar*, *As noites que você passou comigo* e  
*Pare de tomar a pílula*. Joyce Moreno, por sua  
vez, teve censurada a faixa *Eternamente grávi-  
da*, porque a letra falava de parto e de ideias: “É  
bom viver eternamente grávida/De filhos, de  
ideias, de sons”.

A quem pensa que o “cala a boca” morreu  
com a Constituição de 1988, os autores dedicam  
o posfácio “Censura nos anos Bolsonaro” a um  
resumo das perseguições recentes.





A função da campanha eleitoral é organizar, em primeiro lugar, as coligações partidárias e as forças políticas que farão parte da proposta de governo do candidato vitorioso nas urnas. A dinâmica de tal construção, em virtude do presidencialismo unipessoal que praticamos, depende fortemente do candidato a presidente como catalizador dos apoios que recebe. Pois, para governar com estabilidade e levar a bom termo as promessas de campanha, é preciso mais matemática do que filosofia, ou seja, maioria parlamentar sólida. E isso não é uma história que se possa deixar para o ano que vem.

Em segundo lugar, a campanha sempre é um repositório de sucessos e gafes, repetições, fantasias, emoções e, particularmente, um rasgar dos devaneios dos candidatos diante do eleitorado geral. Exige, em especial, um esforço adicional diante daqueles que, em número crescente, sempre votam branco ou nulo – ou não comparecem. Na prática, o voto já não é obrigatório, uma realidade cultural nacional, escamoteada pela esdrúxula disposição constitucional de só ser considerado facultativo para menores de 18 anos e maiores de 70. Insensato demais, para ser sincero.

A campanha segue com o presidente e o ex-presidente liderando as pesquisas e o interesse do noticiário. Principalmente pela produção quotidiana de relíquias de opiniões, desmentidos, divergências e assustadoras convergências. Destas últimas, a mais preocupante é a identidade, sem antagonismo, de ambos em relação ao apoio a Putin na guerra contra a Ucrânia. Guerra é a negação da política, um autorizar-se a matar, engolir o sol do outro e desvalorizar o diálogo e a negociação; uma clara ofensa aos princípios

# RELICÁRIO DA CAMPANHA ATÉ AQUI

constitucionais e à tradição democrática brasileira.

Outra convergência, esta parte da tradição política dos últimos anos (e já assimilada como inevitável) é querer o “Centrão” de seu lado. O grupo de parlamentares de vários partidos, pragmáticos, regionalistas e fixados no orçamento da União, e na nomeação de apadrinhados, é o DNA do Congresso Nacional. É ele que estabiliza e desestabiliza todos os governos desde a introdução da reeleição no calendário eleitoral.

Os principais candidatos, até agora, andam em torno de si mesmos. Bolsonaro usa a caneta de governante para benesses pontuais, conta com o milagre de pastores, seduz os militares para se desviarem da função e se envolverem com a apuração, é ágil nas redes sociais e anda de moto. Lula faz discurso analógico, enrola-se em suas *hablaciones demasiadas*, diz e desdiz, torce e teme pela amnésia do eleitor, além de “requentar o café” do seu jingle mais popular.

Eleição deveria ser uma engenharia em construção baseada em propostas e programas. No entanto, não é. No fundo, é um fenômeno psicossocial emotivo que rompe barreiras de classe e pretensas erudições intelectuais. Assim foi em 1989 e 2018. Por isso, pode, sim, surgir uma terceira via que rompa a polarização atual, desde que haja um mínimo de unidade entre os candidatos que largam mais atrás. E como o coraço tem razão que a própria razão desconhece (e o inesperado é invisível), o espaço preferido para aparecer um “azarão” continua aberto.

Enquanto isso, a economia continua um problema do povo. E a inflação, este pernilongo que pousa, pica e deixa os preços ali coçando, pode virar infecção, mantendo o curso do nosso destino de crise, instabilidade, insegurança jurídica e crescimento lento.



PAULO DELGADO  
*é sociólogo, cientista político e copresidente do Conselho de Economia Empresarial e Política (CEEP) da FecomercioSP*

&

# Guerra expõe influência da geopolítica

Após um período em que a pandemia deu sinais claros de arrefecimento, o mundo passou a enfrentar um novo cenário de dificuldades desencadeado pela guerra entre Rússia e Ucrânia. O efeito imediato do conflito foi a elevação dos preços das commodities, principalmente nos mercados nos quais os dois países têm papel importante na geração da oferta.

A inflação, que já estava elevada no mundo, ficou ainda mais pressionada, obrigando os bancos centrais a adotarem políticas monetárias mais restritivas, com elevação das taxas de juros.

No Brasil, a situação não é diferente. Temos a inflação superando o patamar de 11%, e o Banco Central (Bacen) elevando a taxa Selic a 12,75% – e já sinalizando novos aumentos. Considerando a defasagem entre elevação dos juros e combate à inflação, é provável que a taxa se mantenha elevada por um período mais longo.

Este cenário trará impactos de curto e médio prazos sobre a economia brasileira, com diferentes consequências sobre os setores econômicos.

No curto prazo, o agronegócio será favorecido, de um lado, pela elevação dos preços das commodities – mas, de outro, terá seus custos elevados pelo aumento dos preços dos fertilizantes. Vale lembrar que, do que consome, o País importa 90% destes compostos. Além disso, o cloreto de potássio está com preço (em dólares) 260% maior que o registrado há um ano. Mesmo assim, a rentabilidade do setor continuará favorável, principalmente com a elevação da taxa de câmbio, provocada pelo aumento das taxas de juros nos Estados Unidos.

O setor industrial será impactado tanto pela oferta como pela demanda. A produção de semicondutores vai se defrontar com gargalos adicionais, dada a importância da Rússia e da Ucrânia

como fornecedores de insumos para este mercado. Do lado da demanda, as exportações, que têm mostrado comportamento muito favorável neste ano, sofrerão com a desaceleração da economia mundial (que poderá se tornar recessão), como mostram as previsões do FMI e da Unctad.

Comércio e serviços sentirão as consequências da aceleração da inflação e do aumento dos juros. O consumo, principalmente de bens não duráveis, é desestimulado pela corrosão do poder de compra, destacando-se, além disso, que os preços nos supermercados têm registrado elevações maiores que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Por outro lado, a demanda por bens duráveis, muito mais dependentes de financiamento, será impactada pela alta do custo do crédito e sua maior seletividade. Tudo isso sem citar a tendência já observada de aumento da inadimplência do consumidor, em decorrência das taxas de juros.

No médio prazo, a guerra vai gerar mudanças importantes no mercado mundial e, por consequência, no Brasil. Pode-se esperar o enfraquecimento dos sistemas de cadeias globalizadas e a divisão do mundo em mais blocos econômicos, com o Ocidente refletindo mais sobre a dependência de autocracias, principalmente para bens e recursos cruciais. A geopolítica vai ganhar mais peso quanto às decisões econômicas, levando a um processo de maior incentivo à produção doméstica para se tornar menos dependente, principalmente, de bens mais essenciais. No Brasil, provavelmente ocorrerão medidas para acelerar o Plano Nacional de Fertilizantes, o que implica produzir, pelo menos num primeiro momento, a custos maiores, mas com menor risco de estrangulamento na oferta.



ANTONIO LANZANA  
*é copresidente do Conselho de Economia Empresarial e Política (CEEP) da FecomercioSP e professor da Universidade de São Paulo (USP) e da Fundação Dom Cabral (FDC)*

De qualquer forma, a busca por mais produção interna levará a menos crescimento da produtividade e consequente menor dinamismo da economia mundial. Este cenário, porém, pode ser favorável ao País, caso se posicione como um “exportador confiável”.

&



Foto: divulgação

SOLIDARIEDADE  
GERA  
TRANSFORMAÇÃO

texto Eduardo Ribeiro

Já faz 11 anos que Thiago Vinícius decidiu empreender, ao se tornar agente social no Campo Limpo, zona sul de São Paulo, onde fica a sede da Agência Popular Solano Trindade. A organização, fundada por ele, está à frente de diversas ações transformadoras. O que começou com um *coworking*, um mercadinho de produtos orgânicos, um restaurante e o Festival Percurso – que leva shows de grande porte para a periferia da região –, desde a crise sanitária, se converteu em porto-seguro de muitos moradores. “Com um chamado ao apoio mútuo, temos conseguido alguns feitos grandiosos, como 40 mil marmitas ou 10 mil cestas básicas mensais. Mantivemos a calma e buscamos a capacidade de sistematizar para fazer a ajuda chegar rápido às pessoas”, relata. Vinícius se refere a um dos muitos projetos da associação, o Organicamente Rangô, que surgiu de um empreendimento familiar. “Abrimos o restaurante um pouco antes da pandemia. De repente, vimos começar a faltar comida na comunidade. Então, acabamos assumindo a responsabilidade de amparar estes lares”, diz. A idealização partiu da Tia Nice, cozinheira-administradora da casa e, não por acaso, mãe de Vinícius.

Para saber mais e apoiar a causa, acesse:  
[agenciasolanotrindade.com.br](http://agenciasolanotrindade.com.br)

&

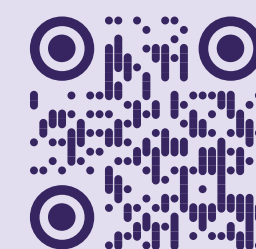
# Quer ver mais ciência na imprensa brasileira?

## bori agência

A Bori mapeia a ciência brasileira inédita e dissemina para rádios, TVs, jornais e sites de todo o país.

Apoie a Bori. Fale com a gente!

[abori.com.br](http://abori.com.br) | [bori@abori.com.br](mailto:bori@abori.com.br)



# REFORMA TRABALHISTA: AGILIDADE E SEGURANÇA JURÍDICA

APÓS CINCO ANOS, ACORDOS EXTRAJUDICIAIS  
DESPONTAM ENTRE OS BENEFÍCIOS MAIS  
EVIDENTES ACRESCENTADOS À CONSOLIDAÇÃO  
DAS LEIS DO TRABALHO (CLT) PELA NOVA LEI

Em vigor desde novembro de 2017, a Reforma Trabalhista proporcionou, como um dos avanços, a possibilidade de empregado e empregador firmarem acordos extrajudiciais entre si.

Na prática, mediante a Lei 13.467, as partes passaram a ter mais liberdade para se acertarem e, posteriormente, submeterem o acordo ao Poder Judiciário Trabalhista. Esta modalidade de acerto amigável evita o conflito e o desgaste financeiro ocasionado por um processo judicial.

O acordo extrajudicial reduziu significativamente o número de ações, conforme dados do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Antes da reforma, a Justiça recebia cerca de 200 mil ações por mês. Desde a vigência da nova lei até janeiro de 2018, o volume de ações trabalhistas caiu para 84,2 mil novos processos mensais.

Na visão da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), os advogados e reclamantes estão mais cautelosos quanto ao ingresso de ações do tipo. Isso se deve à racionalização do processo laboral. O livre acesso ao Judiciário foi preservado pela reforma, alterando somente pontos importantes do processo do trabalho, o que foi positivo.

ANTES DA REFORMA, A JUSTIÇA RECEBIA  
CERCA DE 200 MIL AÇÕES POR MÊS. DESDE  
O INÍCIO DA VIGÊNCIA DA NOVA LEI ATÉ 2018,  
O VOLUME DE AÇÕES TRABALHISTAS CAIU  
PARA 84,2 MIL NOVOS PROCESSOS MENSAIS

## NOVA RELAÇÃO ENTRE AS PARTES

Uma ação laboral, antes da reforma, tinha o poder de minar o fluxo de caixa de uma empresa, caso esta não conseguisse arcar com um processo – que, não raro, poderia levar até sete anos, segundo estimativas dos escritórios de advocacia.

A Lei 13.467/17 regulamentou a possibilidade de um acordo de forma rápida e com total segurança jurídica. O empregado recebe as verbas rescisórias no ato; a empresa resolve a questão sem os custos inerentes ao processo.

Outro avanço foi permitir que ambas as partes possam se ajustar quando, por exemplo, não desejarem mais manter a relação de emprego. Não se recorre mais àquela prática, antes aplicada por alguns empregadores, de exigir que os funcionários peçam demissão.

